

## Quem disse ?

«Os portugueses decidiram que não queriam a regionalização e a sua vontade será cumprida.»

**António Guterres**

Conferência de Imprensa  
Largo do Rato  
8 de Novembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Maiores apoios da União Europeia

### Jaime Gama defende Guiné Bissau

O ministro dos Negócios Estrangeiros defendeu o reforço da presença da União Europeia na Guiné-Bissau, país que a comissão europeia responsável pela ajuda humanitária, Emma Bonino, projecta visitar a curto prazo. Jaime Gama sugeriu à comissão italiana que a visita possa coincidir com deslocações de responsáveis políticos de países da União Europeia com maiores interesses no território guineense, casos de Portugal, França, Suécia e Itália. Propôs, também, que a visita decorra o mais cedo possível, visto contribuir para dar esperança ao povo e ajudar a consolidar o país.

Em Bruxelas, o ministro dos Negócios Estrangeiros inteirou segunda-feira os seus homólogos da União Europeia sobre a situação político-militar na recém-pacificada Guiné-Bissau. As informações sobre os últimos desenvolvimentos positivos da crise guineense foram prestadas pelo chefe da diplomacia portuguesa na reunião do Conselho de Assuntos Gerais da União Europeia. Também no âmbito da futura reunião do Conselho Europeu de Viena, em Dezembro, o Governo recordou as reservas de Lisboa face a certas implicações das reformas dos fundos estruturais e do fundo de coesão propostas pela Comissão Europeia. Essas reservas prendem-se, sobretudo, com a ligação entre os fundos e as regras de concorrência europeias, o papel da Comissão Europeia na programação dos investimentos e a redução do número de iniciativas comunitárias. O alargamento da União Europeia a seis países, cujas negociações formais arrancaram terça-feira, a crise económica e financeira russa, as relações com a Turquia e a Suíça, para além do processo de paz israelo-árabe e das situações nos Balcãs ocidentais e nos Grandes Lagos preencheram a agenda da reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros.



## SERVIÇO MILITAR OBRIGATORIO VOLUNTARIADO SUBSTITUI SMO

**A nova Lei do Serviço Militar (LSM) foi apresentada à Comunicação Social, na passada terça-feira, pelo ministro da Defesa, Veiga Simão.**

**Segundo o ministro, trata-se de «uma reforma estrutural histórica para as Forças Armadas e de profundas implicações sociais».**

**A nova LSM, que está para aprovação no Parlamento, cria um órgão central no Ministério da Defesa para planear, dirigir e coordenar todo o processo de recrutamento, «sem prejuízo das competências cometidas aos três ramos das Forças Armadas».**

## Política

### PS com ampla maioria absoluta (51,1%) Guterres muito acima dos líderes da oposição

As sondagens confirmam que o PS, o Governo e António Guterres continuam a conservar a confiança da maioria dos portugueses. Caso se realizassem agora eleições legislativas, o PS teria maioria absoluta e todos os partidos da oposição seriam altamente penalizados pelo eleitorado. De acordo com a mais recente sondagem da Universidade Católica, os socialistas chegariam à maioria absoluta, deixando muito para trás o PSD e, sobretudo, o PCP e o PP. No que respeita à popularidade dos líderes políticos, António Guterres surge destacado, seguido a longa distância por Paulo Portas. Marcelo Rebelo de Sousa fica empatado em termos de credibilidade com Carlos Carvalhas.

## Parlamento

### Caso IPE/Sonae As provas de que Marcelo mentiu



Marcelo Rebelo de Sousa mentiu no caso IPE/Sonae. O «Acção Socialista» publica a carta que o líder do PSD apresentou na Comissão de Inquérito da AR e a carta da Comissão de Valores Mobiliários brasileira onde se prova que Marcelo mentiu.

São provas irrefutáveis de que o falso facto político criado em torno do caso IPE/Sonae mais não foi que uma busca infrutífera de projecção mediática, por parte do PSD e do seu presidente. Os portugueses, em tempo oportuno, julgarão esta forma de fazer política.



## Estragaram a Festa

Tudo faria crer que a festa do PSD e do CDS/PP, a propósito da vitória no referendo do passado domingo, iria correr sobre rodas até que Duarte Lima e Narana Coissoró resolveram meter um pau na engrenagem e desmascarar os simpáticos e estabilizadores discursos dos respectivos líderes partidários.

Paulo Portas, mal se conheceram as primeiras projecções, aproveitou para oportunisticamente gritar bem alto vitória, numa tentativa de exclusivizar o previsível resultado. Já Marcelo Rebelo de Sousa resolveu vestir o seu desajustado fato de estadista pretendente a primeiro-ministro e tentou vender aos portugueses a ideia de que nada irá mudar e que o País continuará a viver com estabilidade governativa.

«Portugal precisa de estabilidade. Estabilidade é o governo a governar até Outubro de 1999 e a oposição a controlar o executivo e a preparar a alternativa do ano que vem», afirmou Marcelo na sua declaração de vitória.

Vivia-se neste cínico cenário de estabilidade e de grande empenho no progresso do País, quando Narana Coissoró pelo CDS/PP e Duarte Lima pelo PSD resolveram estragar a festa revelando o que na verdade estava escondido no discurso dos seus líderes.

Enquanto Narana Coissoró anunciava que iria propor à Direcção do seu partido a «apresentação de uma moção de censura ao Governo», Duarte Lima desafiava António Guterres a «apresentar a demissão ao Presidente da República, proporcionando assim eleições antecipadas».

Obviamente que quer Paulo Portas quer Marcelo Rebelo de Sousa se precipitaram a desautorizar os seus companheiros de partido, mas o mal já estava feito.

Estas atitudes simultâneas, de duas importantes figuras da futura AD, não podem cair em saco roto. Elas são a prova de que a reviravolta da posição de Marcelo, do PSD e do CDS/PP, relativamente à regionalização, não passou de uma concertada manobra estratégica com vista a desestabilizar e enfraquecer o Governo da Nova Maioria.

As palavras de Lima e Coissoró revelam afinal qual a principal motivação de toda a campanha de desinformação, calúnia e demagogia que PSD e CDS/PP fizeram a propósito da regionalização.



## FAMÍLIA SOCIALISTA DIVIDIDA

O Secretariado Nacional do PS, num comunicado reproduzido na íntegra na edição de 6 de Novembro de 1980 do «Acção Socialista», numa análise clarividente da situação política, em que a razão se sobreponha ao coração face aos perigos da candidatura de direita do general Soares Carneiro, reafirmava que se mantinham os pressupostos do apoio do PS à candidatura do general Ramalho Eanes. Estava em causa a defesa do regime democrático e a necessidade de se travar o sonho da direita (felizmente sempre desfeito) de ter um governo, uma maioria, um presidente.

«A derrota do candidato reaccionário da AD é um imperativo histórico indeclinável. O apoio à candidatura de Eanes continua a ser fundamental neste combate para a defesa do regime, pelo que todos os socialistas devem empenhar-se para conseguir o êxito na próxima campanha eleitoral», referia o comunicado do Secretariado Nacional do PS.

Órgão oficial de um partido onde a pluralidade de opiniões foi sempre reconhecida e estimulada, o «Acção Socialista» publicava numerosos artigos de opinião de destacados camaradas que discordavam da estratégia definida pelo Secretariado Nacional e manifestavam a sua solidariedade com a posição assumida pelo camarada Mário Soares de retirar o seu apoio pessoal à candidatura de Eanes.

J. C. C. B.

6 de Novembro

Quem disse?

«Neste momento, em que nas empresas e nas escolas, a "AD" desenvolve uma onda de intimidações, os jovens socialistas deverão demonstrar que são jovens livres que por terem uma consciência social própria têm a coragem de ser diferentes, não se escusando à defesa, serena e entusiástica, de um projecto de futuro.»

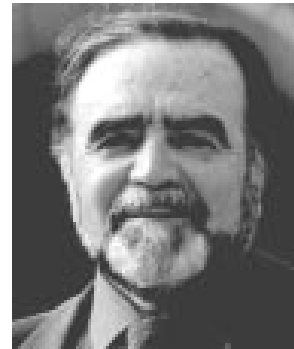
Margarida Marques  
Secretária-geral da JS



## «Eu, García Lorca» apresentado por Alegre

O Centro Nacional de Cultura, em Lisboa, foi palco, no dia 9, da cerimónia de lançamento do livro «Eu, García Lorca», da autoria de Andrés Sorel. A obra foi apresentada pelo dirigente histórico do PS Manuel Alegre e pelo seu tra-

dutor, Luís Filipe Sarmento. Na ocasião, o actor João d'Ávila leu alguns poemas do autor de «Casa de Bernardo Alba» assassinado pelas tropas da Falange durante a Guerra Civil espanhola.



## Empresas sociais Governo prepara uma série de incentivos

O Governo do PS tem em estudo um conjunto de incentivos às empresas sociais. Assim, as empresas que se dediquem a serviços sociais, como creches e lares, vão beneficiar futuramente de uma série de incentivos à contratação de pessoal. Segundo revelou ao «DN», o secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, o estímulo consiste em «reduções na taxa social única e numa majoração aos apoios já existentes».

A medida, que está a ser preparada pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade, deverá entrar em vigor nos primeiros meses de 1999. Com esta iniciativa de largo alcance social, o Governo do PS pretende não apenas desenvolver o mercado social de emprego mas também contribuir para a integração no mercado de grupos sociais desfavorecidos como, por exemplo, os desempregados de longa duração.

## Pide à solta em Espanha

O torcionário Rosa Casaco, agora com um «new look» à Hemingway, vai continuar impune. A Audiência Nacional - o tribunal central de Espanha recusou a extradição do ex-inspector da PIDE, condenado à revelia, em 1981, por ter participado num dos crimes mais hediondos do regime fascista, o assassinio do general Humberto Delgado e da sua secretária na fronteira luso-espanhola, em Fevereiro de 1965.

O ministro da Justiça, Vera Jardim, estuda a possibilidade do Governo português recorrer da decisão. Entretanto, no outro lado do Atlântico, talvez em Copacabana, continua também à solta e impune o padre Frederico, conhecido pedófilo acusado do assassinio de um jovem na Madeira, fugido à justiça portuguesa, perante o «silêncio» do bispo do Funchal.

J. C. C. B.

## Ex-deputado do PSD acusado de burla e fraude fiscal

O Ministério Público acusou, na semana passada, Nulo Delerue de burla qualificada e fraude fiscal. Na origem da acusação ao, pasme-se, ex-líder parlamentar do PSD está um caso de facturas falsas investigado pelo jornal «Público», em 1995, em que Nuno Delerue pediu facturas fictícias a um empreiteiro de Resende para meter nas contas de uma empresa que administrava, a XPZ-Transformação de Madeiras, SA, de Esposende.

Assim, facturas falsas e obtenção irregular de subsídio do PEDIR, de 250 mil contos, estão na base da acusação a este ex-menino-bonito do PSD, que prudentemente se encontra no estrangeiro. Homem «dinâmico» e de «sucesso» segundo os valores cavaquistas, Nuno Delerue acumulava funções no mundo empresarial com as de deputado. Mais um triste caso para a história dos dez anos de poder laranja.

J. C. C. B.

## PS COM AMPLA MAIORIA ABSOLUTA (51,1%) GUTERRES MUITO ACIMA DOS LÍDERES DA OPOSIÇÃO

As sondagens confirmam que o PS, o Governo e António Guterres continuam a conservar a confiança da maioria dos portugueses. Caso se realizassem agora eleições legislativas, o PS teria maioria absoluta e todos os partidos da oposição seriam altamente penalizados pelo eleitorado. De acordo com a mais recente sondagem da Universidade Católica, os socialistas chegariam à maioria absoluta, deixando muito para trás o PSD e, sobretudo, o PCP e o PP. Também no que respeita à popularidade dos líderes políticos, António Guterres surge destacado, seguido a longa distância por Paulo Portas. Marcelo Rebelo de Sousa fica empatado em termos de credibilidade com Carlos Carvalhas. Na noite de domingo, a regionalização foi chumbada pelos portugueses. O secretário-geral do PS, no entanto, sublinhou o seu respeito pela vontade dos portugueses e, em tom sereno e sem azedume, saudou os vencedores do referendo.

**C**aso se realizassem em Novembro eleições legislativas, o PS seria o partido mais votado e teria maioria absoluta com 51,1 por cento dos votos. De acordo com a sondagem da Universidade Católica e que foi divulgada no domingo pela RTP, o PSD apenas teria 37,1 por cento e a CDU ficaria em terceiro com seis por cento. O PP somente regista 4,3 por cento das intenções de voto. Em outra sondagem, também da Universidade Católica, desta vez relacionada com a popularidade dos líderes políticos, António Guterres reúne mais de 61 por cento das preferências dos portugueses, seguido de Paulo Portas, Marcelo Rebelo de Sousa e Carlos Carvalhas. Este estudo de opinião confirma outras sondagens já realizadas por diversas empresas. Mesmo assim, os socialistas e o PS continuam a desejar que a actual legislatura seja cumprida e reafirmam a defesa da estabilidade política em Portugal.

Embora o referendo à criação das regiões administrativas não tenha contado com a participação de 50 por cento dos eleitores censurados em território nacional, o secretário-geral do PS assumiu pessoalmente a responsabilidade pela derrota da proposta do PS na consulta popular.

«Toda a responsabilidade pelo resultado é assumida inteira e exclusivamente por mim e não permitirei que a outros, que não a mim próprio, sejam colocadas responsabilidades», declarou em tom sereno o líder do PS, reagindo ao triunfo do «Não». Numa alusão aos resultados verificados na noite de domingo, o primeiro-ministro começou por felicitar todos os cidadãos que se bateram empenhadamente e de forma séria contra a criação das regiões administrativas. Sau-



dou, depois, os defensores do «Sim», particularmente os militantes do PS. «Houve uma vitória clara do «Não» e, com inteira humildade e sem azedume, aceitei a vontade soberana dos portugueses», comentou António Guterres.

O chefe do Governo encarregou-se também de separar o carácter específico do referendo à criação das regiões administrativas e aquilo que estará em causa nas próximas eleições legislativas. Neste acto eleitoral, segundo António Guterres, estará em causa o futuro do Governo do País e a escolha do primeiro-ministro de Portugal. Ou seja, nessa altura, os portugueses terão de escolher se querem António Guterres ou Marcelo Rebelo de Sousa (coadjuvado por Paulo Portas) na chefia do Governo de Portugal.

### Regionalização adiada

Perante os resultados do referendo, António Guterres disse que não haverá num horizonte temporal previsível regionalização em Portugal e acentuou que o PS não se arrende de consultar o povo. O primeiro-ministro admitiu que o resultado do referendo

constituiu indiscutivelmente uma derrota política para os defensores da regionalização, mas sublinhou que isso não deve ser confundido com uma eleição para os órgãos da Assembleia da República ou do Governo. Por isso, assegurou que continuará a dar ao País toda a dedicação, a bem do desenvolvimento de Portugal e do bem-estar dos portugueses.

O secretário-geral do PS reafirmou, igualmente, que nas próximas eleições legislativas o povo português terá oportunidade de escolher se quer um Governo socialista ou da Aliança Democrática, se quer como primeiro-ministro António Guterres ou Marcelo Rebelo de Sousa. Apesar de se ter mostrado satisfeito com a subida dos níveis de participação no referendo, a abstenção continua a ser superior ao desejável. A este propósito, recordou a iniciativa do Executivo de promover a realização de referendos locais, que poderão encorajar a transformação das consultas directas num instrumento efectivo da democracia participativa. O líder do PS chegou ao salão nobre da sede nacional acompanhado por quase todos os dirigentes do partido. Os camaradas Jorge Coelho, Ferro Rodrigues, Vera Jardim, José

Sócrates, Manuel Maria Carrilho e Pina Moura foram alguns dos dirigentes do PS e membros do Governo que estiveram ao lado de António Guterres. Almeida Santos, presidente do PS, João Soares, Edite Estrela, Arons de Carvalho, Jorge Lácio, Francisco Assis, Sérgio Sousa Pinto, António José Seguro e Eduardo Cabrita também assistiram na sede à declaração política do secretário-geral do partido.

### Descentralização continua

O ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, negou que vitória do «Não» no referendo sobre regionalização tivesse constituído uma derrota do primeiro-ministro. João Cravinho disse também que a recusa da criação das regiões administrativas não é uma derrota do Governo, nem do PS, uma vez que havia em todos os partidos vozes com diferentes opiniões. Para o ministro, importa respeitar a vontade popular, tendo defendido, para o efeito, a necessidade de se avançar com outras formas de descentralização.

Já o presidente da Câmara do Porto assumiu como uma derrota pessoal a vitória do «Não» no referendo à regionalização. «Esta regionalização não tem agora condições para prosseguir», salientou Fernando Gomes, para quem o resultado de domingo significa apenas que se deixou de executar «um dos pontos do programa do Governo». Referiu, igualmente, que o empenhamento de António Guterres na campanha foi inexecedível.

Também em reacção aos resultados do referendo, o presidente da Câmara do Porto afirmou que as condições de desenvolvimento das regiões têm de ser vistas necessariamente, porque as assimetrias de desenvolvimento não desapareceram de um momento para o outro. Falando na conferência de Imprensa realizada juntamente com Narciso Miranda, Fernando Gomes também recusou a proposta do autarca do PSD Vieira de Carvalho, no sentido de se avançar com outro modelo de regionalização a breve prazo. O dirigente socialista considerou, por outro lado, que o resultado não põe em causa a legitimidade dos autarcas nem do Governo e remeteu esta questão para as próximas eleições.

Questionado se considerava ou não o referendo um erro político, frisou que «nunca é um erro conhecer a opinião dos portugueses».

Por seu turno, Narciso Miranda, presidente do PS/Porto, afirmou que o resultado do referendo «significa apenas e somente que os portugueses não quiseram que a regionalização fosse um instrumento a adoptar para corrigir as assimetrias existentes no País». Para o camarada Narciso Miranda, o PS tem dois objectivos estratégicos, que passam por continuar a governar bem o País, como tem feito até agora, e combater eventuais tentativas de desestabilização a que alguns se pretendam entregar, animados pelo resultado do referendo.

### Guterres dixit

«A responsabilidade do resultado do referendo é assumida inteira e exclusivamente por mim e não permitirei que a ninguém, que não a mim próprio, sejam assacadas responsabilidades.»

«Com inteira humildade democrática e sem azedume aceitei a decisão dos portugueses.»

«Os portugueses decidiram que não queriam a regionalização e a sua vontade será cumprida.»

«O Partido Socialista não está arrependido de ter consultado o povo.»

«Estou na vida democrática há mais de 20 anos. Já tive vitórias e derrotas. O mais importante é saber ganhar e perder.»

«O mais caricato que pode acontecer a um político é pretender arranjar argumentos para fingir que não perdeu.»

«Esta é para mim uma derrota política. Este referendo não pode ser confundido com a eleição para a Assembleia da República ou a escolha do Governo.»

«No futuro, os portugueses terão de escolher entre eu próprio para primeiro-ministro ou Marcelo e Portas.»

# REFERENDO - RESULTADOS

## Resultados por Regiões

Regiões	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ENTRE DOURO E MINHO TRAS-OS-MONTES	49,98	40,52	59,48	1,07	40,44	59,56	2,09
E ALTODOURO	45,97	31,08	68,92	1,21	31,13	68,87	2,70
BEIRA LITORAL	49,77	24,37	75,63	1,00	22,84	77,16	2,12
BEIRA INTERIOR	53,09	26,20	73,80	1,16	23,44	76,56	2,16
ESTREMADURA E RIBATEJO	50,83	25,36	74,64	1,10	23,73	76,27	2,25
LISBOA E SETUBAL	48,19	40,74	59,26	0,87	40,92	59,08	1,73
ALENTEJO	49,56	53,85	46,15	1,14	50,64	49,36	2,17
ALGARVE	44,46	45,56	54,44	1,53	48,99	51,01	2,52
Regiões Autónomas							
ACÓRES	22,15	38,44	61,56	3,03			
MADEIRA	36,38	29,25	70,75	2,09			

## Totais Nacionais

Concelhos		Freguesias	
Total	Apurados	Total	Apurados
306	298	4241	4231

## Valores Totais

Inscritos	Votantes		Abstenções		Nulos		Total/ Brancos	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
8632289	4169824	48,30	4462465	51,70	77405	1,86	57014	1,37

	Sim		Não		Brancos	
	Total	%	Total	%	Total	%
Pergunta 1	1457835	36,49	2536907	63,51	40663	1,01
Pergunta 2	1386415	36,08	2456720	63,92	80819	2,06

## Distritos

Distritos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
AVEIRO	51,05	23,76	76,24	0,89	21,97	78,03	1,92
BEJA	47,60	59,36	40,64	1,17	50,43	49,57	2,30
BRAGA	52,17	33,84	66,16	1,24	33,39	66,61	2,31
BRAGANCA	44,73	34,02	65,98	1,21	34,15	65,85	2,93
CASTELO BRANCO	50,80	33,09	66,91	1,23	31,52	68,48	2,38
COIMBRA	46,69	31,50	68,50	1,16	30,32	69,68	2,40
EVORA	50,90	57,27	42,73	1,12	57,19	42,81	2,10
FARO	44,46	45,56	54,44	1,53	48,99	51,01	2,52
GUARDA	55,66	18,65	81,35	1,09	14,79	85,21	1,92
LEIRIA	53,12	19,88	80,12	0,87	17,59	82,41	2,03
LISBOA	48,72	37,16	62,84	0,87	37,31	62,69	1,78
PORTALEGRE	49,73	44,30	55,70	1,18	43,77	56,23	2,23
PORTO	49,24	45,23	54,77	0,98	45,31	54,69	1,90
SANTAREM	48,76	31,09	68,91	1,35	30,26	69,74	2,52
SETUBAL	46,93	52,34	47,66	0,90	52,27	47,73	1,60
VIANA DO CASTELO	49,32	31,59	68,41	1,09	30,95	69,05	2,59
VILA REAL	45,97	31,62	68,38	1,21	31,72	68,28	2,67
VISEU	49,90	20,98	79,02	1,07	20,31	79,69	2,19
Regiões Autónomas							
ACÓRES	22,15	38,44	61,56	3,03			
MADEIRA	36,38	29,25	70,75	2,09			
Totais Nacionais							
PAIS	48,30	36,49	63,51	1,01	36,08	63,92	2,06

## Aveiro

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
AGUEDA	48,22	22,21	77,79	0,84	21,89	78,11	2,02
ALBERGARIA- -A-VELHA	52,50	16,68	83,32	0,70	15,79	84,21	1,44
ANADIA	50,26	19,03	80,97	0,88	18,86	81,14	2,56
AROUCA	57,06	12,27	87,73	0,82	7,92	92,08	2,10
AVEIRO	54,46	21,45	78,55	0,85	19,42	80,58	1,68
CASTELO DE PAIVA	46,63	43,69	56,31	1,01	46,87	53,13	2,09
ESPINHO	51,05	39,15	60,85	1,01	40,71	59,29	1,85
ESTARREJA	47,52	22,66	77,34	0,86	22,13	77,87	1,98
SANTA MARIA DA FEIRA	51,23	27,39	72,61	1,02	22,97	77,03	2,02
ILHAVO	47,86	19,52	80,48	0,70	18,27	81,73	1,47
MEALHADA	42,58	41,13	58,87	1,11	40,55	59,45	2,08
MURTOSA	45,09	11,04	88,96	0,59	10,94	89,06	1,75
OLIVEIRA DE AZEMEIS	52,09	22,58	77,42	0,85	20,70	79,30	2,09
OLIVEIRA DO BAIRRO	57,48	9,79	90,21	0,78	9,39	90,61	1,89
OVAR	44,95	32,62	67,38	1,17	31,20	68,80	1,96
SAO JOAO DA MADEIRA	51,00	32,67	67,33	0,69	27,23	72,77	1,72
SEVER DO VOUGA	59,37	13,33	86,67	1,00	13,01	86,99	2,46
VAGOS	53,35	7,69	92,31	0,43	7,91	92,09	1,43
VALE DE CAMBRA	57,40	18,59	81,41	0,76	15,32	84,68	1,59

## Beja

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ALJUSTREL	51,60	73,07	26,93	0,94	63,39	36,61	2,14
ALMODOVAR	32,51	43,69	56,31	0,98	30,90	69,10	2,40
ALVITO	51,68	53,24	46,76	0,90	49,72	50,28	3,52
BARRANCOS	48,29	65,43	34,57	0,92	50,20	49,80	2,11
BEJA	52,88	55,73	44,27	0,70	42,96	57,04	1,26
CASTRO VERDE	47,71	68,85	31,15	0,87	57,98	42,02	2,02
CUBA	48,04	59,72	40,28	0,34	48,36	51,64	2,80
FERREIRA DO ALENTEJO	48,58	58,31	41,69	0,84	49,23	50,77	2,45
MERTOLA	48,35	66,37	33,63	1,29	58,50	41,50	2,47
MOURA	40,26	70,21	29,79	1,74	66,86	33,14	3,08
ODEMIRA	45,89	47,19	52,81	1,72	40,03	59,97	3,26
OURIQUE	44,58	49,84	50,16	3,61	38,84	61,16	2,82
SERPA	50,94	67,11	32,89	0,82	62,70	37,30	1,86
VIDIGUEIRA	50,22	60,90	39,10	1,30	51,78	48,22	2,83

## Braga

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
AMARES	51,08	22,52	77,48	1,03	22,12	77,88	1,72
BARCELOS	55,75	27,47	72,53	1,57	27,49	72,51	2,64
BRAGA	56,62	35,31	64,69	1,01	33,28	66,72	1,91
CABECEIRAS DE BASTO	50,48	39,46	60,54	1,52	39,24	60,76	3,97
CELORICO DE BASTO	49,40	21,38	78,62	1,18	21,83	78,17	2,02
ESPOSENDE	50,70	24,00	76,00	1,21	24,02	75,98	2,43
FAFE	47,50	41,97	58,03	1,58	41,41	58,59	3,10
GUIMARAES	48,05	39,71	60,29	1,13	39,43	60,57	2,19
POVOA DE LANHOSO	52,05	29,42	70,58	1,75	28,67	71,33	1,82
TERRAS DE BOURO	54,08	21,43	78,57	1,28	21,29	78,71	2,99
VIEIRA DO MINHO	48,82	32,24	67,76	1,95	31,51	68,49	3,95
VILA NOVA DE FAMALICAO	53,72	38,10	61,90	0,99	38,74	61,26	1,93
VILA VERDE	51,50	18,42	81,58	1,41	18,36	81,64	2,71
VIZELA	44,13	60,36	39,64	0,92	60,10	39,90	2,04

## REFERENDO - RESULTADOS

### Bragança

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2			
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %	
ALFANDEGA DA FE	51,67	35,42	64,58	1,19	35,51	64,49	2,63	
BRAGANCA	40,15	33,63	66,37	1,11	33,74	66,26	2,75	
CARRAZEDA DE ANSIAES	50,82	29,68	70,32	1,67	29,79	70,21	3,40	
FREIXO ESPADA A CINTA	46,10	29,54	70,46	0,65	29,29	70,71	2,38	
MACEDO DE CAVALEIROS	46,09	34,00	66,00	1,35	34,26	65,74	3,15	
MIRANDA DO DOURO	43,29	32,78	67,22	1,58	33,16	66,84	4,40	
MIRANDELA	45,84	32,15	67,85	0,96	32,31	67,69	1,81	
MOGADOURO	44,98	27,00	73,00	1,42	26,52	73,48	5,67	Inc.
TORRE DE MONCORVO	50,58	40,24	59,76	0,88	40,10	59,90	2,31	
VILA FLOR	49,53	35,00	65,00	1,69	35,65	64,35	2,46	
VIMIOSO	39,73	32,85	67,15	1,20	32,81	67,19	3,59	
VINHAI	40,21	44,92	55,08	1,18	45,10	54,90	2,27	

### Évora

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ALANDROAL	46,15	69,16	30,84	1,45	68,78	31,22	1,96
ARRAIÓLOS	57,71	70,77	29,23	1,31	71,05	28,95	2,73
BORBA	49,16	58,94	41,06	1,04	57,88	42,12	2,58
ESTREMOZ	49,67	46,85	53,15	1,75	46,28	53,72	2,68
EVORA	52,36	52,52	47,48	1,00	52,96	47,04	1,96
MONTEMOR-O-NOVO	58,00	67,25	32,75	1,19	67,02	32,98	2,03
MORA	52,87	59,12	40,88	0,90	59,05	40,95	2,12
MOURAO	44,64	49,74	50,26	1,47	50,18	49,82	2,51
PORTEL	44,50	72,36	27,64	0,69	71,90	28,10	2,04
REGONDO	42,96	55,96	44,04	0,79	55,55	44,45	1,62
REGUENGOS DE MONSARAZ	45,06	54,71	45,29	1,25	54,79	45,21	2,75
VENDAS NOVAS	53,52	54,95	45,05	0,76	54,10	45,90	1,40
VIANA DO ALENTEJO	45,40	64,64	35,36	1,46	64,81	35,19	1,93
VILA VICOSA	49,08	49,34	50,66	1,05	49,13	50,87	1,79

### Castelo Branco

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
BELMONTE	46,73	40,09	59,91	0,91	39,04	60,96	2,73
CASTELO BRANCO	52,43	31,54	68,46	1,06	29,08	70,92	2,31
COVILHA	48,10	46,64	53,36	1,10	45,18	54,82	1,92
FUNDAO	47,97	37,56	62,44	1,74	36,05	63,95	2,72
IDANHA-A-NOVA	46,28	33,88	66,12	2,03	33,45	66,55	4,21
OLEIROS	54,08	11,88	88,12	0,72	11,31	88,69	2,04
PENAMACOR	46,21	39,60	60,40	1,09	39,06	60,94	2,35
PROENÇA-A-NOVA	58,90	16,89	83,11	1,20	15,51	84,49	2,50
SERTA	55,60	11,84	88,16	1,36	10,24	89,76	2,09
VILA DE REI	67,10	9,52	90,48	0,89	8,78	91,22	2,27
VILA VELHA DE RODAO	54,49	46,11	53,89	1,11	45,31	54,69	2,80

### Faro

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ALBUFEIRA	41,95	40,86	59,14	1,16	44,97	55,03	2,18
ALCOUTIM	45,66	50,38	49,62	2,19	51,63	48,37	4,43
ALJEZUR	45,85	50,30	49,70	2,03	52,56	47,44	3,51
CASTRO MARIM	41,91	49,05	50,95	2,15	51,85	48,15	2,79
FARO	48,28	49,32	50,68	1,51	53,54	46,46	2,01
LAGOA	45,83	41,72	58,28	1,42	44,96	55,04	2,50
LAGOS	47,64	47,60	52,40	2,01	50,89	49,11	3,49
LOULE	41,93	42,39	57,61	1,41	46,31	53,69	2,32
MONCHIQUE	50,98	37,80	62,20	1,73	40,21	59,79	4,02
OLHAO	40,01	45,36	54,64	1,48	48,66	51,34	2,54
PORTIMAO	48,15	41,82	58,18	1,13	44,99	55,01	2,17
SAO BRAS DE ALPORTEL	43,82	43,05	56,95	1,88	46,75	53,25	2,08
SILVES	42,35	48,34	51,66	1,52	51,18	48,82	2,65
TAVIRA	43,70	44,38	55,62	1,91	48,30	51,70	2,91
VILA DO BISPO	42,04	50,17	49,83	2,76	52,02	47,98	4,97
VILA REAL							
STO ANTONIO	41,98	56,64	43,36	1,21	58,57	41,43	1,84

### Coimbra

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ARGANIL	52,64	26,33	73,67	1,57	26,11	73,89	2,79
CANTANHEDE	47,24	25,08	74,92	0,87	25,07	74,93	2,45
COIMBRA	47,57	37,78	62,22	1,05	34,90	65,10	1,86
CONDEIXA-A-NOVA	46,39	36,01	63,99	1,17	35,58	64,42	2,83
FIGUEIRA DA FOZ	44,77	31,24	68,76	1,01	30,08	69,92	2,26
GOIS	53,12	32,55	67,45	2,10	32,31	67,69	3,54
LOUSA	49,89	34,33	65,67	1,40	33,83	66,17	3,13
MIRA	42,42	25,81	74,19	1,10	26,04	73,96	2,55
MIRANDA DO CORVO	45,61	34,14	65,86	1,98	33,44	66,56	3,51
MONTEMOR-O-VELHO	37,67	34,21	65,79	1,69	34,13	65,87	2,65
OLIVEIRA DO HOSPITAL	53,25	17,36	82,64	1,08	17,65	82,35	2,37
PAMPILHOSA DA SERRA	51,56	17,64	82,36	0,82	17,67	82,33	2,42
PENACOVA	44,29	26,24	73,76	1,41	26,13	73,87	3,07
PENELA	49,21	17,86	82,14	1,54	17,72	82,28	4,10
SOURE	42,98	37,50	62,50	1,27	37,09	62,91	3,07
TABUA	51,77	19,17	80,83	1,07	19,85	80,15	2,45
VILA NOVA DE POIARES	43,23	27,32	72,68	0,93	26,58	73,42	2,97

### Guarda

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
AGUIAR DA BEIRA	62,47	8,07	91,93	0,81	5,27	94,73	1,19
ALMEIDA	54,22	17,73	82,27	1,29	14,32	85,68	2,62
CELORICO DA BEIRA	55,28	17,79	82,21	0,96	15,31	84,69	1,46
FIG. CASTELO							
RODRIGO	54,87	21,25	78,75	1,01	19,69	80,31	1,92
FORNOS DE ALGODRES	60,45	15,09	84,91	0,92	12,23	87,77	1,81
GOUVEIA	57,71	20,26	79,74	0,84	11,40	88,60	1,87
GUARDA	56,81	21,71	78,29	1,23	17,03	82,97	1,70
MANTEIGAS	40,80	25,42	74,58	0,83	23,85	76,15	3,06
MEDA	57,56	9,48	90,52	1,08	6,94	93,06	1,43
PINHEL	53,79	13,70	86,30	1,53	11,48	88,52	2,59
SABUGAL	50,85	21,37	78,63	1,17	19,99	80,01	2,64
SEIA	58,48	17,17	82,83	0,89	12,13	87,87	1,58
FRANCOSE	55,44	15,11	84,89	1,13	12,21	87,79	1,81
VILA NOVA DE FOZ COA	49,67	30,12	69,88	1,25	29,00	71,00	2,60

## REFERENDO - RESULTADOS

### Leiria

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ALCOBACA	54,45	19,30	80,70	1,06	17,71	82,29	3,20
ALVAIAZERE	58,87	7,76	92,24	0,83	6,59	93,41	1,82
ANSIAO	62,83	15,04	84,96	0,79	10,86	89,14	2,00
BATALHA	62,00	11,66	88,34	0,62	10,35	89,65	1,80
BOMBARRAL	47,64	21,76	78,24	0,88	20,09	79,91	2,76
CALDAS DA RAINHA	50,40	22,63	77,37	0,68	20,29	79,71	1,69
CASTANHEIRA DE PERA	46,71	39,47	60,53	2,36	39,08	60,92	3,87
FIGUEIRO DOS VINHOS	57,76	20,28	79,72	0,80	20,56	79,44	2,54
LEIRIA	59,30	14,97	85,03	0,79	12,33	87,67	1,60
MARINHA GRANDE	46,75	42,43	57,57	0,89	38,47	61,53	1,67
NAZARE	38,88	33,46	66,54	0,69	31,85	68,15	2,14
OBIDOS	44,12	30,32	69,68	1,01	29,00	71,00	2,54
PEDROGÃO GRANDE	55,74	16,83	83,17	1,33	18,51	81,49	3,58
PENICHE	40,53	33,96	66,04	1,02	32,42	67,58	2,19
POMBAL	50,99	12,83	87,17	0,79	9,27	90,73	1,67
PORTO DE MOS	57,90	17,05	82,95	1,08	16,19	83,81	1,98

### Porto

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
AMARANTE	44,24	35,50	64,50	1,33	37,04	62,96	2,93
BAIAO	39,65	33,80	66,20	1,41	34,56	65,44	2,67
FELGUEIRAS	47,30	36,43	63,57	1,22	37,06	62,94	1,84
GONDOMAR	49,67	50,21	49,79	0,89	50,15	49,85	1,65
LOUSADA	45,96	34,97	65,03	0,89	35,40	64,60	2,33
MAIA	52,39	47,99	52,01	1,01	47,72	52,28	1,85
MARCO DE CANAVESES	43,29	29,89	70,11	1,24	31,01	68,99	2,21
MATOSINHOS	50,75	54,85	45,15	0,94	54,71	45,29	1,77
PACOS DE FERREIRA	45,87	29,76	70,24	0,88	30,30	69,70	2,37
PAREDES	49,61	28,04	71,96	1,07	28,87	71,13	2,03
PENAFIEL	49,34	34,03	65,97	1,09	34,87	65,13	2,28
PORTO	51,93	51,89	48,11	0,72	51,21	48,79	1,34
POVOA DE VARZIM	46,12	28,84	71,16	0,74	29,36	70,64	2,17
SANTO TIROSO	47,34	41,35	58,65	1,59	41,76	58,24	2,64
VALONGO	49,42	48,22	51,78	1,19	48,33	51,67	1,70
VILA DO CONDE	50,34	44,12	55,88	1,05	44,32	55,68	2,38
VILA NOVA DE GAIA	48,85	48,84	51,16	0,94	48,85	51,15	1,88

### Lisboa

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ALENQUER	48,14	42,69	57,31	1,13	43,29	56,71	3,08
ARRUDA DOS VINHOS	45,04	34,51	65,49	0,84	35,71	64,29	2,06
AZAMBUJA	47,83	42,73	57,27	1,12	43,05	56,95	2,56
CADAVAL	51,87	25,71	74,29	1,00	26,00	74,00	3,37
CASCAIS	48,40	31,19	68,81	0,66	31,23	68,77	1,45
LISBOA	48,52	34,56	65,44	0,83	34,51	65,49	1,74
LOURES	50,41	42,63	57,37	0,84	42,83	57,17	1,74
LOURINHA	52,11	18,15	81,85	1,10	19,25	80,75	2,68
MAFRA	48,74	25,16	74,84	1,29	25,86	74,14	2,60
OEIRAS	52,79	35,62	64,38	0,88	35,56	64,44	1,60
SINTRA	45,90	38,79	61,21	0,80	38,92	61,08	1,58
SOBRAL DE MONTE AGRACO	45,22	41,43	58,57	1,80	43,04	56,96	3,18
TORRES VEDRAS	48,66	28,26	71,74	1,18	29,51	70,49	2,57
VILA FRANCA DE XIRA	47,96	50,60	49,40	0,72	50,69	49,31	1,57
AMADORA	48,00	42,55	57,45	1,04	42,75	57,25	1,74

### Santarém

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ABRANTES	47,35	33,29	66,71	1,64	32,81	67,19	2,86
ALCANENA	53,34	31,40	68,60	1,21	31,32	68,68	2,31
ALMEIRIM	45,44	36,38	63,62	1,14	33,79	66,21	2,43
ALPIARCA	48,20	62,34	37,66	1,20	60,64	39,36	2,59
BENAVENTE	43,51	41,27	58,73	1,06	37,80	62,20	1,90
CARTAXO	47,41	36,06	63,94	1,55	33,98	66,02	2,58
CHAMUSCA	44,75	37,09	62,91	1,45	36,42	63,58	2,85
CONSTANCIA	52,25	36,87	63,13	0,37	36,56	63,44	2,03
CORUCHE	43,46	45,50	54,50	1,36	44,26	55,74	2,41
ENTRONCAMENTO FERREIRA DO ZEZERE	51,51	40,35	59,65	0,67	38,62	61,38	1,11
ZEZERE	54,31	16,21	83,79	1,88	16,61	83,39	2,99
GÓLEGA	38,27	35,18	64,82	1,52	34,2165	65,781	6,99
MACAO	61,26	26,76	73,24	1,69	26,17	73,83	4,18
RIO MAIOR	51,71	21,23	78,77	1,06	23,32	76,68	2,33
SALVATERRA DE MAGOS	37,07	33,32	66,68	4,25	31,80	68,20	5,15
SANTAREM	50,62	29,60	70,40	1,33	27,74	72,26	2,18
SARDOAL	60,94	20,74	79,26	1,07	20,06	79,94	3,46
TOMAR	47,11	27,12	72,88	1,22	26,68	73,32	2,51
TORRES NOVAS	48,64	33,88	66,12	1,07	33,62	66,38	2,52
VILA NOVA DA BARQUINHA	49,40	41,33	58,67	0,86	41,09	58,91	2,13
OUREM	54,92	15,44	84,56	1,05	15,85	84,15	2,29

### Portalegre

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ALTER DO CHAO	50,51	50,76	49,24	1,12	49,63	50,37	2,24
ARRONCHES	47,78	45,38	54,62	0,90	44,07	55,93	2,48
AVIS	63,33	70,46	29,54	1,16	69,94	30,06	2,36
CAMPOMAIOR	45,95	65,81	34,19	0,48	64,59	35,41	1,02
CASTELO DE VIDE	51,81	35,77	64,23	1,60	34,86	65,14	2,79
CRATO	50,69	44,02	55,98	3,03	43,61	56,39	3,63
ELVAS	45,99	47,16	52,84	0,97	46,89	53,11	1,93
FRONTEIRA	54,96	51,53	48,47	1,51	50,77	49,23	2,05
GAVIAO	48,68	45,84	54,16	1,28	46,29	53,71	2,60
MARVAO	46,17	22,37	77,63	1,31	21,95	78,05	2,14
MONFORTE	48,25	52,66	47,34	1,59	52,41	47,59	4,27
NISA	52,33	41,95	58,05	1,90	41,23	58,77	0,30
PONTE DE SOR	46,31	46,50	53,50	1,14	46,43	53,57	2,29
PORTALEGRE	52,11	28,87	71,13	0,83	28,02	71,98	1,72
SOUSEL	52,68	49,98	50,02	1,10	50,17	49,83	2,45

### Setúbal

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2		
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %
ALCACER DO SAL	49,51	55,95	44,05	1,25	53,19	46,81	2,73
ALCOCHETE	43,60	54,8945	45,1055	57,10	42,90	57,10	3,91
ALMADA	48,55	50,67	49,33	0,79	51,15	48,85	1,46
BARREIRO	49,06	61,72	38,28	0,98	61,91	38,09	1,27
GRANDOLA	54,81	51,35	48,65	1,14	48,95	51,05	1,92
MOITA	45,31	62,68	37,32	0,95	63,36	36,64	1,40
MONTUJO	39,58	44,23	55,77	1,01	44,75	55,25	1,84
PALMELA	43,63	50,67	49,33	1,11	51,03	48,97	2,29
SANTIAGO DO CACEM	50,57	46,50	53,50	1,04	43,11	56,89	1,88
SEIXAL	47,03	52,39	47,61	0,62	53,17	46,83	1,22
SESIMBRA	43,25	49,25	50,75	1,23	49,83	50,17	2,25
SETUBAL	46,52	45,99	54,01	0,99	44,71	55,29	1,67
SINES	46,94	53,68	46,32	0,56	51,30	48,70	1,18

## REFERENDO - RESULTADOS

### Viana do Castelo

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2			
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %	
ARCOS DE VALDEVEZ	41,06	25,26	74,74	1,05	24,75	75,25	2,97	
CAMINHA	54,53	39,82	60,18	1,03	38,85	61,15	2,23	
MELGACO	38,78	42,21	57,79	1,09	42,20	57,80	3,70	
MONCAO	42,42	27,67	72,33	0,95	27,78	72,22	2,42	
PAREDES DE COURA	40,56	40,69	59,31	1,41	40,24	59,76	3,87	
PONTE DA BARCA	51,45	28,12	71,88	1,08	27,39	72,61	2,47	
PONTE DE LIMA	56,14	19,77	80,23	1,02	19,81	80,19	2,88	
VALENCA	47,54	30,11	69,89	1,01	29,64	70,36	2,23	
VIANA DO CASTELO	51,87	37,29	62,71	1,14	36,06	63,94	2,30	Inc.
VILA NOVA DE CERVEIRA	52,75	36,52	63,48	1,27	35,30	64,70	2,09	

### Vila Real

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2			
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %	
ALIJO	47,90	34,16	65,84	1,40	34,33	65,67	2,64	Inc.
BOTICAS	46,74	21,32	78,68	0,89	21,02	78,98	1,57	
CHAVES	45,60	34,75	65,25	1,44	34,84	65,16	2,51	
MESAO FRIO	45,61	24,60	75,40	0,96	24,48	75,52	2,07	
MONDIM DE BASTO	43,31	17,73	82,27	1,10	15,93	84,07	2,02	
MONTALEGRE	42,75	38,37	61,63	1,15	38,00	62,00	2,51	
MURCA	46,43	34,84	65,16	1,32	34,65	65,35	2,97	
PESO DA REGUA	41,80	36,82	63,18	1,09	37,20	62,80	1,83	
RIBEIRA DE PENA	38,38	28,45	71,55	1,24	28,29	71,71	3,20	Inc.
SABROSA	51,96	25,62	74,38	1,29	26,31	73,69	3,03	
STA MARTA DE								
PENAGUIAO	46,41	39,52	60,48	1,15	39,74	60,26	2,15	
VALPACOS	38,58	21,69	78,31	0,91	21,35	78,65	4,65	
VILA POUCA DE								
AGUIAR	41,87	31,55	68,45	1,52	31,97	68,03	3,94	
VILA REAL	54,47	32,30	67,70	1,12	32,75	67,25	2,25	

### Viseu

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1			Pergunta 2			
		S %	N %	Br %	S %	N %	Br %	
ARMAMAR	49,39	21,23	78,77	1,47	21,37	78,63	2,6	
CARREGAL DO SAL	49,08	17,52	82,48	1,34	17,83	82,17	3,17	
CASTRO DAIRE	47,85	16,15	83,85	1,47	16,31	83,69	3,48	
CINFAES	38,76	39,67	60,33	1,26	42,05	57,95	3,00	
LAMEGO	47,23	25,36	74,64	1,11	25,40	74,60	2,11	
MANGUALDE	47,22	19,80	80,20	0,80	19,37	80,63	2,02	
MOIMENTA DA BEIRA	46,05	23,49	76,51	1,02	23,51	76,49	2,25	
MORTAGUA	42,13	28,64	71,36	1,63	29,05	70,95	2,68	
NELAS	48,35	18,67	81,33	0,95	18,49	81,51	2,24	
OLIVEIRA DE								
FRADES	52,21	17,59	82,41	1,41	18,24	81,76	2,68	
PENALVA DO								
CASTELO	50,18	17,08	82,92	1,54	16,78	83,22	2,51	
PENEDONO	42,19	26,36	73,64	2,13	27,69	72,31	3,81	
RESENDE	57,10	15,38	84,62	0,68	6,13	93,87	0,78	
SANTA COMBA DAO	50,19	20,76	79,24	1,18	20,45	79,55	2,65	
SÃO JOAO DA								
PESQUEIRA	44,08	27,46	72,54	1,50	28,85	71,15	3,21	
SÃO PEDRO DO SUL	50,11	26,58	73,42	1,16	26,27	73,73	3,20	
SATAO	52,08	14,11	85,89	1,53	13,93	86,07	2,08	
SERNANCELHE	54,71	16,72	83,28	1,72	17,11	82,89	2,20	
TABUACO	51,46	17,48	82,52	1,09	17,80	82,20	2,49	
TAROUCA	43,46	28,98	71,02	1,50	27,71	72,29	3,10	
TONDELA	54,02	17,72	82,28	1,0	17,76	82,24	2,19	
VILA NOVA DE PAIVA	50,41	15,73	84,27	1,62	14,89	85,11	3,13	
VISEU	54,17	19,74	80,26	0,62	18,09	81,91	1,17	
VOUZELA	50,28	19,21	80,79	1,13	19,29	80,71	2,87	Inc.

### Regiões Autónomas

#### Açores

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1		
		S %	N %	Br %
<b>ANGRA DO HEROISMO</b>				
ANGRA DO				
HEROISMO	25,67	39,40	60,60	2,30
CALHETA	29,76	19,98	80,02	2,77
SANTA CRUZ DA				
GRACIOSA	22,56	31,90	68,10	2,47
VELAS	25,52	25,80	74,20	2,83
PRAIA DA VITORIA	22,85	39,91	60,09	2,26
<b>HORTA</b>				
CORVO	28,66	36,78	63,22	6,25
HORTA	24,34	34,55	65,45	3,75
LAJES DAS FLORES	40,84	37,60	62,40	3,09
LAJES DO PICO	23,84	45,39	54,61	3,50
MADALENA	28,25	38,05	61,95	3,53
SANTA CRUZ DAS				
FLORES	27,19	39,62	60,38	2,57
SÃO ROQUE DO				
PICO	29,02	48,87	51,13	2,67
<b>PONTA DELGADA</b>				
LAGOA	14,30	39,24	60,76	3,68
NORDESTE	34,51	38,44	61,56	2,16
PONTA DELGADA	18,69	40,56	59,44	3,84
POVOACAO	26,89	29,42	70,58	2,93
RIBEIRA GRANDE	19,53	40,92	59,08	2,87
VILA FRANCA DO				
CAMPO	17,94	32,51	67,49	2,58
VILA DO PORTO	17,78	55,95	44,05	3,53

#### Madeira

Concelhos	Votantes %	Pergunta 1		
		S %	N %	Br %
CALHETA	45,14	11,06	88,94	1,09
CAMARA DE LOBOS	35,89	18,74	81,26	1,54
FUNCHAL	35,23	37,19	62,81	2,52
MACHICO	27,81	36,26	63,74	1,46
PONTA DO SOL	35,62	17,36	82,64	1,16
PORTO MONIZ	50,88	22,33	77,67	1,48
PORTO SANTO	29,71	34,49	65,51	3,12
RIBEIRA BRAVA	41,11	17,06	82,94	1,43
SANTA CRUZ	39,75	29,08	70,92	2,64
SANTANA	38,94	21,47	78,53	1,86
SAOVICENTE	41,54	23,78	76,22	1,59



Fonte: STAPE

## SERVIÇO UNIVERSAL GARANTIDO

O novo regime de interligação entre redes públicas de telecomunicações foi aprovado, na reunião do Conselho de Ministros, realizada no passado dia 5, bem como a definição dos princípios gerais a que está sujeito o Plano Nacional de Numeração. A interligação das redes públicas de telecomunicações, num ambiente de mercados abertos e concorrenciais, surge como o suporte físico e lógico necessário à comunicação extremo a extremo entre os utilizadores de serviços de telecomunicações de uso público e como garantia da prestação de um serviço universal de telecomunicações.

Neste contexto, o diploma aprovado transpõe para a ordem interna disposições comunitárias relativas à interligação no sector das telecomunicações, com o objectivo de assegurar o serviço universal e a interoperabilidade através da aplicação dos princípios da oferta de rede aberta (ORA), não sendo no entanto abrangidas, em conformidade com o quadro comunitário, as telecomunicações privativas e os serviços



de redes privativas de voz.

O regime previsto neste diploma, tendo por base a consagração do princípio da liberdade de negociação dos acordos de interligação entre os operadores de redes públicas de telecomunicações e os prestadores de serviços de telecomunicações de uso público, é contrabalançado com a imposição de uma oferta de interligação, garantida, em primeira linha, através da rede básica de telecomunicações, e, em segunda linha, pelo conjunto de operadores e ou prestadores com poder de mercado significativo.

Neste último domínio, ganham especial relevo os mecanismos de intervenção e controlo atribuídos ao Instituto das Comunicações de Portugal, enquanto entidade reguladora do sector.

Constituindo a numeração um meio essencial para o desenvolvimento da concorrência, designadamente por permitir o acesso não discriminatório aos serviços, consagram-se, ainda, os princípios gerais a que obedece o Plano Nacional de Numeração.

### CONSELHO DE MINISTROS

#### Reunião de 5 de Novembro

##### O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que cria o Programa Vida-Emprego, destinado a apoiar a reinserção socioprofissional dos toxicodependentes;
- Um decreto-lei que prevê o quadro jurídico de apoio às instituições privadas, na área do tratamento e da reinserção social de toxicodependentes;
- Um decreto regulamentar que regula o licenciamento, a actividade e a fiscalização do exercício das unidades privadas que actuem na área da toxicodependência, definindo os respectivos requisitos em matéria de instalações, organização e funcionamento;
- Um decreto-lei que cria o Instituto Português da Droga e da Toxicodependência;
- Uma proposta de lei que aprova a Lei do Serviço Militar;
- Uma proposta de lei que aprova a alteração à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Um decreto-lei que estabelece o regime da interligação entre redes públicas de telecomunicações e define os princípios gerais a que deve obedecer o Plano Nacional de Numeração;
- Uma resolução que fixa a terceira quantidade de acções a alienar na segunda fase de privatização da Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que altera algumas disposições do regulamento das condições higiénicas e técnicas a observar na distri-

buição e venda de carnes e seus produtos;

- Um decreto-lei que altera o anexo I à portaria n.º 1104/90, de 6 de Novembro, fixando novas categorias que agrupam os ingredientes destinados ao fabrico de alimentos compostos para animais de exploração;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime geral das empresas públicas e sector empresarial do Estado;
- Uma proposta de lei que autoriza o Executivo a conceder a garantia pessoal do Estado ao cumprimento das obrigações do Banco Central do Brasil (BCB) perante o Banco de Portugal, no âmbito do apoio financeiro a conceder ao BCB pelo Bank for International Settlements (BIS) com a participação de Portugal e de outros bancos centrais, sob a forma de uma *credit facility* no montante global de 14 mil milhões de dólares norte-americanos;
- Um decreto-lei que atribui ao Governo, através dos Ministros das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, a competência para definir os lanços de auto-estradas ou das grandes obras de arte, que venham ser objecto de concessão;
- Um decreto-lei transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária respeitante à aprovação, para a ligação à rede básica de telecomunicações, marcação, livre circulação, colocação no mercado, ligação e utilização de equipamentos

das estações terrenas de comunicações via satélite;

- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Departamento de Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade;
- Um decreto-lei que altera o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde;
- Um decreto-lei que estabelece as regras respeitantes aos requisitos essenciais de composição de embalagens;
- Um decreto-lei que altera os anexos I e II à portaria n.º 1107/89, de 27 de Dezembro, relativos aos teores máximos admissíveis de substâncias e produtos indesejáveis nos alimentos simples, matérias primas e alimentos compostos para animais;
- Um decreto-lei que altera os anexos I e II à portaria n.º 1103/89, de 27 de Dezembro, relativos aos aditivos autorizados em alimentação animal e respectivas condições de utilização;
- Um decreto-lei que altera a legislação relativa às regras comuns para as organizações de vistoria e inspecção dos navios e para as actividades relevantes das administrações marítimas;
- Um decreto-lei que completa e clarifica o decreto-lei n.º 202/94, de 23 de Julho, regularizando linhas exploradas pela STCP em modo de troleicarro ou carro eléctrico, à data da sua transformação em sociedade anónima;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo adicional complementar à convenção entre os Estados-membros no Tratado do Atlântico Norte e

os outros Estados que participam na Parceria para a Paz sobre o Estatuto das suas Forças;

- Um decreto-lei que aprova o Protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde nos domínios do emprego, formação, das relações laborais, da segurança social e da inserção social;
- Um decreto que aprova o acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimento;
- Um decreto-lei que cria o lugar de director de Serviços do Gabinete de Assuntos Económicos da Direcção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Um decreto-lei que altera o artigo 17.º da Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional, na sequência da última remodelação governativa;
- Uma resolução que nomeia o Conselho de Administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF);
- Uma resolução que nomeia Fernando Augusto de Melo Antunes para presidente do Conselho de Gerência da empresa pública Aeroportos e Navegação Aérea (ANA, EP);
- Um decreto-lei que aprova o novo sistema de remunerações dos conselheiros de obras públicas e transportes;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.



## VOLUNTARIADO SUBSTITUI SMO

**A** nova Lei do Serviço Militar (LSM) foi apresentada à Comunicação Social, na passada terça-feira, pelo ministro da Defesa, Veiga Simão.

Segundo o ministro, trata-se de «uma reforma estrutural histórica para as Forças Armadas e de profundas implicações sociais».

A nova LSM, que está para aprovação no Parlamento, cria um órgão central no Ministério da Defesa para planejar, dirigir e coordenar todo o processo de recrutamento, «sem prejuízo das competências cometidas aos três ramos das Forças Armadas».

Na apresentação, Veiga Simão adiantou que as verbas exigidas pelo processo de profissionalização das Forças Armadas, a iniciar no próximo ano, terão origem em dotações provisionais.

A profissionalização das Forças Armadas vai implicar um investimento de 20 milhões de contos no período de quatro anos de transição (1999-2003).

Os montantes relativos ao próximo ano não estão inscritos na actual proposta de Orçamento de Estado, mas referiu existir um acordo com o Ministério das Finanças para que se possa recorrer a dotações provisionais que permitam fazer face às exigências da nova lei.

Com este novo diploma, o ministro da Defesa espera atingir o efectivo de 40 500 militares em 2003, o que corresponderá a uma redução de 45 por cento de pessoal desde o início desta década.

Relativamente ao contingente feminino, as Forças Armadas deverão passar dos actuais 3,5 por cento de mulheres para 8 por cento em 2003.

Finalmente, em matéria de incentivos na área

da formação e ensino, Veiga Simão assegurou que os graus e títulos dos cursos ministrados no âmbito das Forças Armadas irão corresponder aos dos sistemas educativo e formativo públicos.

#### Proposta aprovada em Conselho de Ministros

O Governo aprovou na última reunião do Conselho de Ministros a proposta de lei que visa substituir em quatro anos o Serviço Militar Obrigatório por um serviço militar baseado no voluntariado.

O diploma, a submeter ao Parlamento, prevê que, embora seja baseado no voluntariado o sistema possa vir a desenvolver a sua capacidade de aumento de efectivos em «situações de excepção».

A proposta de lei deverá vir a ser aprovada pela Assembleia da República ainda na actual sessão legislativa, pelo que a reforma do sistema deverá começar a ser implementada a partir de 1999, explicou.

Na sua reunião da passada quinta-feira, o Conselho de Ministros aprovou ainda uma outra proposta de lei que contempla diversas alterações à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Este segundo diploma visa adequar à realidade actual as restrições ao exercício de direitos pelos militares e contempla ainda a desconstitucionalização do Serviço Militar Obrigatório em tempo de paz.

Além disso, prevê a possibilidade de os militares serem eleitos para os órgãos de soberania e das Regiões Autónomas desde que solicitem previamente a passagem à reserva, e

para as autarquias desde que antes peçam licença sem vencimento.

#### Formação: programa de emergência

O ministro da Defesa Nacional, Veiga Simão, defendeu, no passado dia 30 de Outubro, em Lisboa, a criação de um programa de emergência no domínio da formação profissional que evite a «morte laboral e cultural de mais de dois milhões e meio de portugueses».

Veiga Simão discursava na sessão de encerramento do colóquio internacional sobre «O Interesse Nacional e a Globalização», promovido pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN). O governante considerou que os «65 por cento da população activa» portuguesa sem formação e conhecimentos para utilizar as novas tecnologias constituem «um problema crucial» para Portugal.

Isso exige «um programa governamental de emergência para oito anos de formação profissional que englobe o Estado no seu conjunto e a sociedade civil», sem o qual «conduziremos ou assistiremos à morte laboral e cultural de mais de dois milhões e meio de portugueses», declarou Veiga Simão.

As Forças Armadas podem contribuir para eliminar «o principal constrangimento ao progresso» do País que resulta da existência desses 2,5 milhões de pessoas sem a formação básica necessária para os desafios laborais e profissionais de hoje, afirmou o ministro da tutela. Vai «desenvolver-se uma parceria entre as Forças Armadas e a sociedade civil por forma a colocar a instituição ao serviço do desenvolvimento e do bem comum», referiu.

O ministro da Defesa, acompanhado pelo che-

fe do Estado-Maior General das Forças Armadas e pelo director do IDN, reafirmou a prioridade da constituição até ao princípio do próximo século de uma força rápida de intervenção com 3 500 efectivos de forças conjuntas da Armada, Exército e Força Aérea.

Além disso, assegurou que «o Governo não defraudará as expectativas» de melhoria salarial dos militares «e saberá fazer justiça» a quem «tem prestigiado o País», nomeadamente em missões internacionais de paz e humanitárias. Veiga Simão adiantou também quais os próximos passos do seu ministério para ter Forças Armadas com a «dimensão adequada» e um sistema de forças compatível com «as verbas disponíveis».

A aprovação, em Conselho de Ministros, da nova Lei do Serviço Militar e das alterações à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (onde sobressaem as relativas ao artigo 31, que regula o exercício de direitos pelos militares) e o debate sobre o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, a lançar este mês, são algumas das medidas referidas.

A discussão sobre o novo conceito estratégico da NATO, o projecto de decreto-lei sobre os incentivos ao voluntariado (em discussão pelos ramos), a revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (cuja versão será divulgada brevemente) e a apresentação no início do próximo ano do Programa Estratégico de Modernização até 2010 foram outras medidas calendarizadas.

Além disso, Veiga Simão revelou ainda que vai assinar com diversas faculdades contratos-programa de investigação e desenvolvimento nas áreas dos oceanos, electrónica, comunicações e ambiente.

## GOVERNO APROVA PACOTE ANTIDROGA

**O** Conselho de Ministros aprovou, no dia 5, um decreto-lei que prevê o encerramento das clínicas de tratamento de toxicodependentes que funcionem sem os requisitos mínimos de qualidade.

O diploma «é muito rigoroso no capítulo dos recursos humanos destas instituições, por forma a assegurar a direcção, supervisão ou assistência de técnicos de saúde especializados que se responsabilizem pelos serviços prestados aos toxicodependentes», disse o ministro-adjunto José Sócrates.

Este decreto faz parte de um conjunto de quatro diplomas contemplando a luta contra a toxicodependência, um dos quais cria o Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, encarregado de promover acções de prevenção primária e recolher e tratar informações sobre a evolução do fenómeno da droga.

Foram também aprovados dois decretos contemplando o tratamento de toxicodependentes, um dos quais «revoluciona» o sistema de apoios do Estado, que «passa a financiar as famílias dos toxicodependentes e não as instituições que lhes prestam serviços».

Nos termos do novo diploma, «o Estado passa a participar nos custos a suportar pelos próprios utentes nos processos de trata-

mento que se desenvolvem em unidades privadas».

Além disso, o Estado, «financiando o tratamento a custear pelas famílias de toxicodependentes, passa a admitir a comparticipação de tratamentos efectuados em quaisquer unidades privadas, ainda que com fins lucrativos».

«Com esta medida será possível alargar a capacidade de resposta do sistema de tratamento e atingir rapidamente a ambicionada meta de mil camas convenionadas e disponíveis para o tratamento de toxicodependentes, incluindo os que voluntariamente sejam sujeitos a processos de tratamento em alternativa à aplicação pelos tribunais de penas de prisão», disse ainda o ministro.

O Governo aprovou, igualmente, o Programa Vida-Emprego, a cargo do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do Projecto Vida, que inclui um conjunto de medidas de apoio ao emprego e autoemprego de ex-toxicodependentes.

Uma das novidades é o subsídio mensal a atribuir aos estagiários ex-toxicodependentes equivalente ao salário mínimo nacional, bem como de parte das despesas com um orientador de estágio e um tutor encarregue do acompanhamento personalizado dos toxicodependentes.

«Está ainda previsto um prémio equivalente a 12 vezes o salário mínimo nacional para as

empresas que, findo este estágio, optem pela contratação destes estagiários e se comprometam a manter o posto de trabalho pelo menos por quatro anos», referiu também o ministro-adjunto do primeiro-ministro.

Estão também previstas medidas de apoio às entidades empregadoras de ex-toxicodependentes através de subsídios destinados à comparticipação nos encargos com trabalhadores admitidos ao abrigo deste programa, respectivamente até 80 por cento do salário mínimo nacional e dos encargos com a segurança social.

Finalmente, o diploma aprovado pelo Governo contempla ainda apoios ao auto-emprego através da comparticipação nas despesas de investimento e funcionamento iniciais com a constituição de empresas promovida por ex-toxicodependentes.

#### «Obra admirável» para grávidas toxicodependentes

O primeiro-ministro, António Guterres, considerou, no dia 5, a comunidade terapéutica Lua Nova, inaugurada em Coimbra, uma «admirável iniciativa de solidariedade» com as grávidas toxicodependentes.

Guterres, que presidiu à cerimónia, na companhia do ministro-adjunto, José Sócrates, salientou como «acto simbólico» o facto de a unidade entrar em funcionamento no mes-

mo dia em que o Conselho de Ministros aprovou um pacote legislativo sobre droga e toxicodependência.

«Hoje é um dia da maior importância em que é «dado um novo impulso» neste domínio, disse, destacando, no que se refere à reinserção social, a resolução que aprova o Programa Vida-Emprego, a cargo do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do Projecto Vida.

A Lua Nova, iniciada pela Associação Nacional de Apoio a Jovens (ANAJOVEM), tem capacidade para 14 utentes adultos e foi financiada pela administração central em cerca de 61 mil contos, através das verbas provenientes do «Joker».

A comunidade terapéutica, que também acolhe mulheres com filhos até aos dez anos, fica obrigada a disponibilizar pelo menos dois lugares para grávidas toxicodependentes, em alternativa a penas de prisão.

Com os diplomas aprovados, «damos uma nova dimensão às políticas de combate à toxicodependência», afirmou o primeiro-ministro, considerando a droga como «inimigo público número um».

António Guterres adiantou que são reforçados três objectivos do Governo a este nível: a garantia de tratamento para todos os que o desejem, a qualidade e a oportunidade de reinserção social através do emprego.

DEPUTADO FERNANDO SERRASQUEIRO

Privatizações

## PROJECTO LARANJA É INÓCUO DESNECESSÁRIO E POUCO CLARO



«O PSD através do projecto de lei 556/VII pretende fazer ressuscitar um caso que, se o chegou a ser, está resolvido em concordância com os critérios que o Eurostat vem definindo», afirmou no dia 22 de Outubro, no Parlamento, o deputado do PS Fernando Serrasqueiro.

«A prova disso mesmo - acrescentou - é que as estimativas do Governo e da Comissão Europeia quanto ao défice do SPA em final de 1998 não sofrem qualquer alteração, mantendo-se nos 2,3 por cento do PIB, porque foi elaborado no respeito pelos critérios definidos.»

Para o deputado socialista, esta iniciativa legislativa do PSD «mais não visa do que retomar a discussão política de um tema cuja implicação nas contas públicas da Contabilidade Nacional é nula».

«Este projecto é assim inócuo, logo desnecessário, sem efeito útil, porque fazer uma lei para obrigar o Governo a cumprir a lei, só lembra ao actual PSD», acrescentou, lembrando que «o artigo 16º da Lei-Quadro das Privatizações já cumpre o objectivo deste projecto».

Para além de «absurda», Fernando Serrasqueiro classificou também a iniciativa laranja de «pouco clara e precisa». Fernando Serrasqueiro referiu que «este Governo entende a Partest como um instrumento da sua política de privatizações que actua de forma transparente, já que aprovou legislação que reforça e amplia o poder fiscalizador do Tribunal de Contas a esta empresa». Segundo sublinhou, «o destino das receitas das privatizações permitiu que o Governo do PS invertesse a tendência de subida da dívida pública e incluí-la dentro dos limites fixados pelo Pacto de Convergência».

### Boa gestão da Partest

A discussão que esta matéria suscitou permitiu, na opinião do deputado do PS, evidenciar o que «o PSD não quer reconhecer», ou seja, que «todas as aquisições da Partest ao Estado foram efectuadas ao preço de mercado», e que «a Partest, pela realização de capital em espécie pelo Governo e pela aquisição de acções no mercado, tem uma carteira que administra segundo as regras de boa gestão que os resultados comprovam».

J. C. C. B.

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Requerimento

## OBRAS EM CURSO NO IP3



José Junqueiro e Miguel Ginestal, deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Viseu, enviaram no dia 28 de Outubro um requerimento ao Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, pedindo esclarecimentos sobre as obras nos novos troços do IP3, entre Santa Comba Dão, Mortágua, Penacova e Souselas. Os deputados socialistas estão preocupados com a deficiente sinalização dos novos pavimentos, por onde já se transita, e

ainda, em alguns casos, com a total ausência de sinalização, quer nos eixos quer nas bermas da via, o que origina muitos e graves acidentes, em especial à noite. Neste contexto, os parlamentares do PS solicitaram ao Governo os seguintes esclarecimentos: «Vai o Governo proceder, de imediato, junto das entidades responsáveis pelas obras, no sentido de sinalizarem convenientemente as obras em curso e os novos pavimentos por onde já se circula?» e ainda «Quando é que pensa o Governo que estarão terminadas as obras no curso no IP3 a sul de Santa Comba Dão?»

J. C. C. B.

## AGENDA PARLAMENTAR

### Quinta-feira, dia 12

A Assembleia da República reúne, hoje, para a discussão e votação plenária na generalidade das Grandes Opções do Plano para o próximo ano e do Orçamento Geral de Estado para 1999.

### Sexta-feira, dia 13

O Parlamento continuará a analisar, amanhã, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado para 1999.

DEPUTADO MARQUES JÚNIOR

Nova lei orgânica da PSP

## IMPULSO DECISIVO À MODERNIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO



O deputado do PS Marques Júnior considerou no dia 15, na Assembleia da República, que o diploma governamental que aprova a nova lei orgânica da Polícia de Segurança Pública (PSP) «vai permitir uma maior adequação da polícia à dinâmica social que hoje vivemos, na medida em que permite uma maior flexibilidade e adaptabilidade da sua estrutura, meios e procedimentos de modo a responder com eficácia às variadas solicitações dos cidadãos, que têm hoje um efeito multiplicador em razão da nova estrutura social e dos novos desafios com que se deparam».

Com esta nova estrutura organizativa, acrescentou, «é possível, a curto prazo, uma maior racionalização e simplificação de procedimentos de que resultará um aumento de eficácia e uma efectiva modernização da PSP». Marques Júnior, a quem coube na bancada socialista a defesa da proposta do Governo de alteração da lei orgânica da PSP, disse que «ela surge da necessidade de alterar estruturas que têm impedido uma gestão moderna, orientada por padrões de eficiência e flexibilidade, que são hoje comuns à grande maioria dos países europeus». Segundo sublinhou, a actual estrutura organizativa «tem dificultado a coordenação e a articulação funcional com consequências quer ao nível da disponibilidade de recursos humanos quer ao nível de ganhos de eficiência e de gestão que urge corrigir».

Subjacentes a esta nova reorganização, o capitão de Abril enunciou quatro grandes linhas de orientação: «aumentar a eficiência; melhorar a gestão de recursos humanos e financeiros; assegurar uma melhor flexibilidade e adaptabilidade da estrutura dos serviços; e garantir uma melhor coordenação

e articulação quer interna quer externamente.»

Para o deputado do PS, esta proposta de lei «é, pois, mais um passo na concretização de uma filosofia de mudança relativa à PSP, tendo em vista a sua concretização como força policial civil».

Depois de recordar de forma sucinta a evolução que tem sido operada ao nível desta força de segurança desde a monarquia, passando pela I República e Estado Novo, Marques Júnior salientou que foi com a Revolução de 25 de Abril de 74, «que se começou a sentir a necessidade e a exigência de um novo relacionamento com a comunidade».

### Uma nova filosofia de actuação

De então para cá, lembrou, «foram gradualmente introduzidas alterações que têm permitido uma cada vez maior interacção entre a sociedade e a polícia reconhecendo a esta a função importantíssima da defesa da legalidade democrática e da garantia da segurança e direitos dos cidadãos».

Neste contexto, frisou que com a proposta de lei do Governo, «prossegue-se a estratégia da reestruturação da PSP aproximando-a dos padrões das polícias europeias».

Com esta nova lei orgânica, sustentou, «dá-se um impulso decisivo à modernização da instituição e ao reforço de uma cultura organizacional própria, cujo ênfase, decorrente da sua natureza de serviço público, concretize uma perfeita sintonia com os valores fundamentais de liberdade, segurança e participação, próprios do Estado de Direito democrático em que vivemos».

Contribuiu-se, também, acrescentou, «para a implementação de uma nova filosofia de actuação mais eficaz e mais solidariamente próxima do cidadão».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOSÉ REIS

Serviço Público de TV

## «JOGO FALADO» DA RTP-2 NA MIRA



O deputado socialista eleito pelo círculo de Setúbal José Reis, apresentou, no dia 22 de Outubro, à mesa da Assembleia da República, um requerimento sobre o programa desportivo «Jogo Falado», da RTP-2. No documento, o parlamentar do PS requer esclarecimentos ao Governo e à Secretaria de Estado da Comunicação Social relativamente à fundamentação e aos critérios que conduziram à colocação deste programa na RTP-2 e respectivos custos materiais.

Esta preocupação de José Reis enquadra-se nas diferentes e polémicas abordagens que se fazem sobre serviço público televisivo e que tiveram no centro das aten-

ções a disponibilização de meios financeiros do Estado para a RTP.

Recorde-se que o segundo canal da Radiotelevisão Portuguesa transmite, todas as segundas-feiras, o «Jogo Falado», dirigido pelo jornalista Paulo Catarro e contado com três comentadores residentes.

A RTP-2 tem sido um canal cuja prioridade é dirigida a programas culturais e informativos de cultura geral.

«Jogo Falado» é mais um espaço dedicado ao desporto dominante da sociedade portuguesa, o futebol, daí que José Reis questione a sua inserção num canal que se pretende alternativo à televisão de audiência massificada e onde as minorias culturais encontrem matéria de formação e entretenimento.

MJR

AS PROVAS DE QUE MARCELO MENTIU

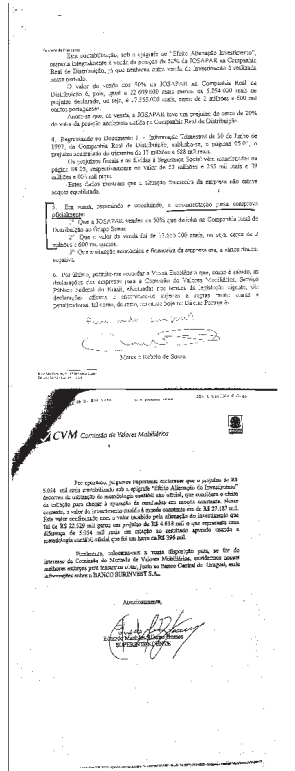
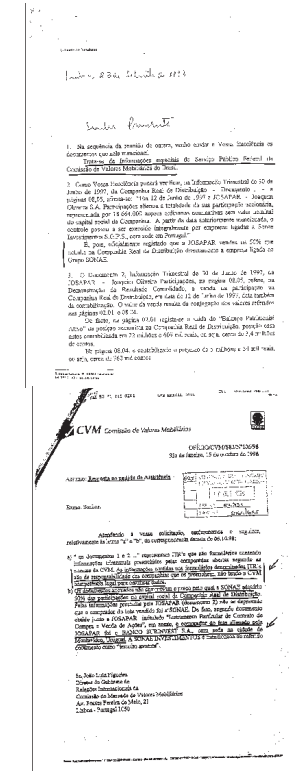
Marcelo Rebelo de Sousa mentiu no caso IPE/Sonae. O «Acção Socialista» publica a carta que o líder do PSD apresentou na Comissão de Inquérito da AR e a carta da Comissão de Valores Mobiliários brasileira onde se prova que Marcelo mentiu. São provas irrefutáveis de que o falso facto político criado em torno do caso IPE/Sonae mais não foi que uma busca infrutífera de projecção mediática, por parte do PSD e do seu presidente.

Carta apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa na Comissão de Inquérito

Lisboa, 23 de Setembro 1998

Senhor presidente,

1. Na sequência da reunião de ontem, venho enviar a Vossa Excelência os documentos que nela mencionei. Trata-se de informações especiais do Serviço Público Federal da Comissão dos Valores Mobiliários do Brasil.
2. Como Vossa Excelência poderá verificar, na Informação Trimestral de 30 de Junho de 1997, da Companhia Real de Distribuição - documento 1 - a páginas 08,05, afirma-se: «Em 12 de Junho de 1997 a JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações alienou a totalidade da sua participação acionária, representada por 18 664 000 acções ordinárias nominativas sem valor nominal do capital social da Companhia. A partir da data anterior mencionada, o controle passou a ser exercido integralmente por empresas ligadas a Sonae Investimentos S.G.P.S., com sede em Portugal».
É, pois, oficialmente registado que a JOSAPAR vendeu os 50 por cento que detinha na Companhia Real de Distribuição directamente a empresa ligada ao Grupo Sonae.
3. O Documento 2, Informação Trimestral de 30 de Junho de 1997, da JOSAPAR - Joaquim Oliveira Participações, na página 08.05, refere, na Demonstração do Resultado Consolidado, a venda a participação na Companhia Real de Distribuição, em data de 12 de Junho de 1997, data também da contabilização. O valor da venda resulta da conjugação dos valores referidos nas páginas 02.01. e 08.04. De facto, na página 02.01 regista-se a saída do «Balança Patrimonial Activo» da posição accionista na Companhia Real de Distribuição, posição essa antes contabilizada em 22 milhões e 609 mil reais, ou seja, cerca de 3,4 milhões de contos. Na página 08.04. é contabilizado o prejuízo de 5 milhões e 54 mil reais, ou seja, cer-



Carta da Comissão de Valores Mobiliários brasileira

Assunto: Resposta ao pedido de assistência

Exmo. Senhor.

Atendendo à vossa solicitação, esclarecemos o seguinte, relativamente às letras «a» e «b», da correspondência datada de 06/10/98;
a) «os documentos 1 e 2...» representam denominados ITR's que são formulários contendo informações trimestrais preenchidos pelas companhias abertas segundo as normas da CVM. As informações contidas nos formulários ITR's são de responsabilidade das companhias que preenchem, não tendo a CVM competência legal para certificar dados.
b) Os documentos anexados não comprovam o preço pelo qual a SONAE adquiriu 50 por cento das participações no capital da Companhia Real de Distribuição. Pelas informações prestadas pela JOSAPAR (documento 2) não se depreende que o comprador do lote vendido foi a SONAE. De facto, segundo documento obtido junto a JOSAPAR intitulado «Instrumento Particular de Contrato de Compra e Vendas de Acções», em anexo, o comprador do lote alienado pela JOSAPAR foi o BANCO SURINVEST S.A., com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai. A SONAE INVESTIMENTOS é mencionada no referido documento como «terceiro aumento».

Sr. João Luiz Figueira
Director do Gabinete de Relações Internacionais da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Av. Fontes Pereira de Melo, 21
Lisboa - Portugal 1050

ca de 760 mil contos. Esta contabilização, sob a epígrafe de «Efeito Alienação Investimento», respeita integralmente à venda da posição de 50 por cento da JOSAPAR na Companhia Real de Distribuição, já que nenhuma outra venda de investimento é realizada nesse período. O valor da venda de 50 por cento da JOSAPAR na Companhia Real de Distribuição é, pois, igual a 22 609 000 reais menos os 5 054 000 reais de prejuízo declarado, ou seja, é 17 555 000 reais, cerca de 2 milhões e 600 mil contos portugueses. Anota-se que, na venda, a JOSAPAR teve um prejuízo de cerca de 20 por cento do valor da posição accionista detida na Companhia Real de Distribuição.
4. Regressando ao documento 1 - Informação Trimestral de 30 de Junho de 1997, da Companhia Real de Distribuição, sublinha-se, a páginas 05.01, o prejuízo acumulado de trimestre de 17 milhões e 688 mil reais. Os prejuízos fiscais e as dívidas à Segurança Social vêm mencionadas na página 08.05, respectivamente no valor de 53 milhões e 255 mil reais e 39 milhões e 004 mil

reais. Estes dados mostram que a situação financeira da empresa não estava sequer equilibrada.
5. Em suma, resumindo e concluindo, a documentação junta comprova oficialmente:
1º Que a JOSAPAR vendeu os 50 por cento que detinha na Companhia Real de Distribuição ao Grupo Sonae.
2º Que o valor da venda foi de 17 555 000 reais, ou seja, cerca de 2 milhões e 600 mil contos.
3º Que a situação económica e financeira da empresa era, a vários títulos, negativa.
6. Por último, permito-me recordar a Vossa Excelência que, como é sabido, as declarações das empresas para a Comissão de Valores Mobiliários, Serviço Público Federal do Brasil, efectuadas nos termos da legislação vigente, são declarações oficiais e encontram-se sujeitas a regras muito claras e penalizadoras, tal como, de resto, acontece hoje no Direito Português.
Assina
Marcelo Rebelo de Sousa

Por oportuno, julgamos importante esclarecer que o prejuízo de RS 5 054 mil reais contabilizado sob a epígrafe «Efeito Alienação do Investimento» decorreu de utilização de metodologia contábil não oficial, que considera o efeito da inflação para chegar à apuração de resultados em moeda constante. Nesse contexto, o valor do investimento trazido à moeda constante era de R\$27 187 mil. Este valor confrontado com o valor recebido pela alienação do investimento que foi de R\$ 22 529 mil gerou um prejuízo de R\$ 4 658 mil o que representa uma diferença de 5 054 mil reais em relação ao resultado apurado usando a metodologia contábil oficial que foi um lucro de R\$ 396 mil. Finalmente, colocamo-nos a vossa disposição para, se for do interesse da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, envidarmos nossos melhores esforços para tentarmos obter, junto ao Banco Central do Uruguai, mais informação sobre o BANCO SURINVEST S.A.
Assina
Eduardo Manhães Ribeiro Gomes

## SINAIS DE MUDANÇA NA UNIÃO EUROPEIA

A Europa mudou. Hoje os governos da União Europeia, na sua esmagadora maioria de esquerda, têm, como nunca, condições para se entenderem, sobretudo por estarem em sintonia ideológica.

Na União Europeia há onze primeiros-ministros socialistas e dois a governar em coligações. Só a Irlanda e a Espanha têm ainda governos de direita.

Os sinais deste entendimento tornaram-se óbvios na recente cimeira informal dos Quinze realizada na Áustria.

Recorde-se que a ideia de realizar esta cimeira partiu do ex-chanceler Helmut Kohl e do presidente francês Jacques Chirac, ambos muito preocupados com as questões institucionais e em dar um toque mais nacional e nacionalista às questões europeias.

No entanto, estas preocupações institucionais deram praticamente lugar ao longo da cimeira a outras questões mais caras à esquerda socialista como, por exemplo, o emprego e o crescimento com solidariedade.

De realçar ainda que a Grã-Bretanha, um Estado da UE que em questões de defesa praticamente não dá um passo sem consultar os Estados Unidos, surgiu nesta ci-

meira com uma proposta inesperada do reforço do conceito europeu de defesa.

«Existem três prioridades: uma política de crescimento em favor do emprego, a manutenção da protecção social e uma política económica e monetária favorável à estabilidade internacional», afirmou o líder do PSE, Rudolph Scharping, numa declaração à margem da cimeira.

No entanto, foi este o espírito que dominou a cimeira informal dos Quinze, com os líderes europeus a defenderem um aumento do investimento público e uma redução das taxas de juro, visando combater o desemprego, o grande flagelo com que a Europa se debate e que ameaça a sua coesão.

Ao contrário de Kohl no passado, o novo chanceler alemão, Gerard Schroeder, confirmou o seu empenho no combate comum ao desemprego, como desde sempre defendeu António Guterres nos conselhos europeus.

O primeiro-ministro português voltou, por outro lado, a colocar o acento tónico na necessidade de se dar «uma resposta concertada europeia para evitar que a crise financeira não se torne numa crise económica mundial».

## ANTÓNIO CAMPOS CONDENA EMBARGO

O eurodeputado socialista António Campos, um profundo conhecedor da realidade da agricultura portuguesa e europeia, que desde sempre se notabilizou pela defesa dos pequenos e médios agricultores portugueses, condenou o embargo decretado pela Comissão Europeia às importações de bovinos oriundas de Portugal. António Campos considera o embargo «uma medida política injusta» e uma forma

da Comissão branquear um comportamento menos correcto no combate à doença das «vacas loucas» na UE.

«A Comissão Europeia prepara-se para levantar o embargo ao Reino Unido onde, em relação ao efectivo total, há 3,5 vezes mais animais do que em Portugal. Por estas razões, não tem autoridade moral para nos decretar o embargo», sustenta António Campos.

## CIDADANIA EUROPEIA NO CONTEXTO DO ALARGAMENTO

«A cidadania europeia no contexto do alargamento» foi o tema em discussão num seminário internacional realizado no dia 28, em Viena, na Áustria.

A abertura deste seminário esteve a cargo do eurodeputado socialista Luís Marinho, convidado pela Associação de Juristas Europeus.

«O acesso das mulheres aos órgãos de poder» foi o principal tema em debate na II

Conferência sobre a Igualdade de Oportunidades, que levou à Assembleia da República, nos dias 29 e 30, as comissões dos parlamentos da União Europeia.

A eurodeputada socialista Helena Torres Marques presidiu aos trabalhos.

Entretanto, o eurodeputado socialista Barros Moura participou, no dia 30, na Câmara Municipal de Alparça, num debate sobre a regionalização.

J. C. C. B.

### ESTRASBURGO

#### Conselho da Europa

## APROVADA CONVENÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO

A comissão de ministros dos 40 países que fazem parte do Conselho da Europa aprovou no dia 4, em Estrasburgo, uma Convenção de Direito Criminal contra a Corrupção, enquanto está a preparar uma Convenção de Direito Civil e um Código de Ética para o Serviço Público.

A convenção aprovada no Palácio da Europa destina-se à criminalização coordenada de uma série de práticas de cor-

rupção e procura harmonizar a legislação de cada um dos países e melhorar a cooperação internacional, de forma a tornar possível perseguir quem oferecer e quem receber subornos.

O documento aprovado refere-se tanto à corrupção activa e passiva de funcionários públicos nacionais e estrangeiros como de deputados, empresários e magistrados, abrangendo ainda a lavagem de dinheiro proveniente de corrupção.



### UNIÃO EUROPEIA

#### Alemanha

## SPD E VERDES JÁ GOVERNAM

A coligação vermelha-verde (SPD-Verdes) já governa a Alemanha com base num programa de centro-esquerda que elege o combate ao desemprego como a prioridade das prioridades.

O social-democrata Gerhard Schroeder tornou-se no dia 27 de Outubro o sétimo chanceler alemão do pós-guerra, sucedendo ao democrata-cristão Helmut Kohl, na sequência da vitória eleitoral do SPD nas legislativas do passado dia 27 de Setembro. Gerhard Schroeder é ainda o terceiro social-democrata depois de Willy Brandt e Helmut Schmidt a ocupar o cargo, e o último chefe de Governo a ser eleito no Parlamento de Bona. Schroeder, o único candidato que se apresentou à eleição no novo Bundestag (Parlamento Federal), teve 351 votos a favor, 287 contra e 27 abstenções.

O novo chanceler recolheu assim mais seis votos do que o total de deputados sociais-democratas e verdes, partidos que formarão o novo Governo Federal.

Na eleição dos vice-presidentes do Bundestag, o SPD apoiou a candidatura do PDS, Petra Blaess, em detrimento da candidata da CDU, Michaela Geiger, e, na opinião da maioria dos observadores políticos, os comunistas resolveram recompensar esse apoio, dando alguns votos da sua bancada a Schroeder.

Conhecidos os resultados, o recém-empossado chanceler recebeu os cumprimentos dos vários grupos parlamentares.

Schroeder e os ministros do seu gabinete prestaram juramento na tarde do dia 27 de Outubro no Bundestag, depois de serem empossados pelo Presidente da República, Roman Herzog, na sua residência oficial em Bona, a Villa Hammerschmidt.

Joseph Fischer, do partido ecologista Os Verdes, será vice-chanceler e ministro dos Negócios Estrangeiros, e Oskar Lafontaine, secretário-geral do SPD, uma espécie de superministro, com a pasta das Finanças e Assuntos Europeus.

#### Os netos de Brandt

Recorde-se que Lafontaine, considerado mais à esquerda que Schroeder, só renunciou à sua própria candidatura a chanceler a favor de Schroeder depois da retumbante vitória do seu camarada de partido nas eleições regionais de Março último, na Baixa Saxónia.

A geração dos netos de Brandt chega assim ao poder, pondo fim a 16 anos de governo do democrata-cristão Helmut Kohl, e iniciando uma nova era que será marcada, entre outros aspectos, pelo combate ao desemprego e por uma maior atenção às questões sociais e ambientais.

Conciliar mercado e justiça social é o grande desafio da coligação vermelha-verde.

J. C. C. B.

ECONOMIA

Pina Moura anuncia

## INVESTIMENTOS DE 30 MILHÕES PARA DINAMIZAR O NORTE

O ministro da Economia, Pina Moura, anunciou que o Programa Porto/Norte, vocacionado para dinamizar a região, prevê um conjunto de iniciativas em várias áreas de acção num investimento total de 30 milhões de contos.

A primeira fase do projecto, apresentada pelo ministro Pina Moura, no Porto, no dia 27, na cerimónia de inauguração da Delegação Regional do ICEP prevê um investimento superior a 5 milhões de contos, mas o programa abrange também iniciativas ao nível do Procom Comércio (20 milhões de contos) e do desenvolvimento de infra-estruturas turísticas (4,5 milhões de contos). Este projecto prevê na sua primeira fase 15 linhas de acção para uma intervenção em cinco áreas - Inovação em Projectos de Internacionalização, Iniciativas no Âmbito do Turismo, Promoção Integrada Multisectorial, Marketing Inteligente - Feiras e Marca Porto/Norte de Portugal, com apoios de cerca de 3,3 milhões de contos.

A iniciativa, destinada a promover a região Norte no exterior e dar-lhe visibilidade como centro catalisador de investimento e turismo, foi concebida de forma a fomentar a parceria entre várias entidades públicas e privadas.

No seu conjunto, as parcerias previstas envolvem o ICEP, a Comissão de Coordenação da Região Norte, AlPortuense e



outras associações empresariais, Porto Convention Bureau, empresas e sociedade «Porto Capital da Cultura», Instituto do Vinho do Porto, Cooperativa Árvore, Governo de Macau e Leal Senado, regiões de turismo, Direcção-Geral do Turismo, Rota do Vinho Verde, centros de formação profissional, universidades e PEDIP. A área relativa à inovação e projectos de internacionalização, que envolve um investimento de 2 milhões de contos e apoios no valor de 1,2 milhões de contos, é a que abarca a maior fatia de investimentos e apoios, prevendo, designadamente, a comercialização da

marca internacional de mobiliário e decoração Siza, com o patrocínio do arquitecto Siza Vieira, e projectos-piloto de internacionalização de empresas e associações.

As iniciativas no âmbito do turismo, no valor de 400 mil contos, incidem nas áreas do Porto, Minho e do Douro, incluindo a campanha promocional Marca Douro, Comboios Históricos do Porto, Encontros do Vinho do Porto, workshops de turismo, o Qualiturn - Programa de Qualidade no Turismo, e o Port Wine Classic Golf Tournament.

No domínio da promoção integrada multisectorial, estão previstos investimentos de 550 mil contos, com apoios no valor de 260 mil contos, abrangendo os sectores do turismo, indústria, vinho do porto, investimento estrangeiro, cidade europeia da cultura e dia mundial do vinho do Porto.

Relativamente à marca Porto/Norte de Portugal, com projectos no montante de 1,32 milhões de contos, financiados em 760 mil contos, a acção vai incidir na Portugal Fashion, e em eventos internacionais relativos a indústria, vinho, ourivesa-

ria, turismo, arquitectura, museus e universidades.

Entretanto, o ministro da Economia, Pina Moura, deslocou-se na passada terça-feira a Vigo, Galiza, numa visita não oficial que teve como objectivo contribuir para o reforço das relações empresariais entre aquela região espanhola e o Norte de Portugal.

A deslocação, a convite do Club Financieiro Vigo, incluiu visitas a diversas empresas, ao porto de Vigo e à Zona Franca da cidade.

No final do dia, o ministro Pina Moura participou num colóquio com empresários portugueses e espanhóis, onde apresentou uma comunicação subordinada ao tema «Noroeste da Península Ibérica - Políticas Económicas Territorizadas».

Em entrevista ao diário «Faro de Vigo», Pina Moura disse que procurará nesta deslocação «estabelecer laços empresariais» e defendeu que esta região transfronteiriça deve «criar uma frente atlântica aberta à América Latina», aproveitando as «relações especiais que unem Portugal e Galiza àqueles países». Na entrevista, Pina Moura destaca ainda a intensificação de relações entre os dois países desde a adesão à UE e o facto de Espanha ser actualmente o maior fornecedor e o segundo maior cliente português.

DESTAQUE - CM

Privatização da Brisa

## FIXADO NÚMERO DE ACÇÕES PARA VENDA DIRECTA

O Conselho de Ministros fixou, no dia 5, o número de acções a alienar em Venda Directa na segunda fase de privatização da Brisa depois de ter já decidido que para a Oferta Pública de Venda estão disponíveis 8,68 milhões de acções.

Para já, sabe-se que a oferta global, que inclui Oferta Pública de Venda (OPV) e Venda Directa, não deverá ultrapassar 31 por cento do capital social da Brisa Auto-Estradas de Portugal, ou seja, 18,6 milhões de acções.

Além dos referidos 8,680 milhões de acções, o Governo reservou para a OPV mais 247 200 títulos, os quais se destinam ao prémio fidelidade, que será atribuído a quem mantiver os títulos por um ano. Sendo assim, o montante total a alienar em OPV será de 8 927 200 acções.

No âmbito da Oferta Pública de Venda foi reservada para os trabalhadores uma tranche de 180 mil acções, para os pequenos subscritores de 6,0 milhões e para o público em geral de 2,5 milhões.

Entretanto, a procura de acções da Brisa Auto-Estradas de Portugal ultrapassou



18,5 vezes a oferta no final do período de pré-registo que terminou, no passado dia 3, ao atingir um total de 161 milhões de títulos pedidos, através de 197 mil ordens. Quinta-feira passada decorreu o segun-

do dia do período de OPV que terminou um dia depois.

No passado dia 9, a venda directa das acções da Brisa rendeu ao Estado 63 522 550 contos, tendo sido colocadas 7 607

491 títulos.

A procura nesta tranche ascendeu a 49 milhões de acções, ou seja, mais 6,44 vezes do que a oferta.

Fazendo os cálculos totais, a venda de 16 747 941 acções da empresa, no âmbito da Oferta Pública de Venda e da Venda Directa, rendeu ao Estado um montante de 136, 279 milhões de contos, valor que aumenta para 150 milhões quando forem vendidas as 1,690 milhões de acções reservadas para o «greenshoe».

O encaixe obtido pelo Estado na tranche reservada a pequenos subscritores e emigrantes na segunda fase da privatização da Brisa ascendeu a 50 453 880 contos. A procura foi de 74 694 000 acções através de 160 259 ordens, tendo sido validadas 158 795 acções que deram uma procura final de 74 162 000 acções.

Recorde-se que o preço unitário das acções da Brisa na OPV é de 8 350 escudos, mas, para os trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes houve um desconto de 5 por cento do valor, fixando-se um preço por acção de 7 933 escudos.

## REFORÇO DAS VERBAS PARA A COOPERAÇÃO

**O orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 1999 consagra um significativo aumento das verbas destinadas à cooperação e às comunidades portuguesas.**

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, considerou «bom» o orçamento do ministério que tutela, sublinhando que os cerca de 52,4 milhões de contos nele previstos se enquadram nas prioridades do Governo, tendo em vista a redução do défice.

O chefe da diplomacia portuguesa falava aos jornalistas no dia 27 de Outubro depois de apresentar a proposta de orçamento do ministério na Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, numa reunião presidida pelo deputado socialista Carlos Beja.



Segundo salientou Jaime Gama, o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros cresceu 2 por cento em relação a 1998, e o investimento sobe 5,5 por cento, «o triplo dos montantes de 1995», o que,

frisou, permite continuar a adquirir novas embaixadas e consulados e modernizar a representação de Portugal no estrangeiro.

O chefe da diplomacia portuguesa acrescentou que, comparativamente a 1998, o orçamento destinado à cooperação aumentou 13 por cento e o destinado às comunidades portuguesas subiu 20 por cento.

«Estamos, em percentagem do PIB (0,3 por cento) e em percentagem dos gastos públicos (0,7 por cento da despesa da Administração Central) acima da média de alguns países da União Europeia», disse.

A estrutura orçamental do MNE para 1999 mantém a base já utilizada na de 1998, desenvolvendo-se em quatro capítulos - Gabinetes dos Membros do Governo e Outros Serviços, Serviços Diplomáticos e Consulares, Encargos Comuns das Relações Externas e Presidências da UE e da UEO.

O montante global do orçamento de funcionamento do Ministério atinge os 40,7 milhões de contos.

A este montante há que somar, depois, os orçamentos para o FUNDE (financiamento nacional e comunitário) de 5,8 milhões de contos, Fundo para as Relações Internacionais (FRI, 2,0 milhões de contos) e as dotações com compensação em receita (400 mil contos).

Por último, acresce o valor do PIDDAC, num montante global (financiamento nacional e comunitário) de 5,8 milhões de contos.

Segundo os dados contidos no documento, o orçamento operativo do MNE, deduzido das contribuições e quotas para organizações internacionais, visitas de Estado, das acções diplomáticas extraordinárias e dos encargos com a preparação das presidências da UE e da UEO (primeiro semestre de 2000) é de 35,9 milhões de contos.

## MENOS CASOS DE ABUSO DE AUTORIDADE

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, congratulou-se, no dia 5, pela existência em Portugal de «um cada vez menor número de casos reputáveis de abuso de autoridade, de maus tratos e de violência policial».

Num seminário internacional sobre «Direitos Humanos e Eficácia Policial», Jorge Coelho, que detém a tutela governamental das polícias, salientou que os anos de 1997 e 1998 «demonstram claramente» que se está no «bom caminho».

Advertiu, porém, que o Executivo socialista será «exigente», porque entende que «os profissionais das forças de segurança devem ser profissionais do civismo e do respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos».

«Estamos, pois, no bom caminho, mas sempre com a certeza de que muito há ainda a fazer, muito há ainda a melhorar», disse.

Segundo Jorge Coelho, as forças de segurança portuguesas atravessam um «ciclo de modernidade sem precedentes» e, para o futuro, propôs que a polícia «conheça profundamente a realidade, as preocupações e anseios das populações».

«Cada agente policial deve conhecer e ser conhecido dos moradores, dos agentes económicos, das colectividades, dos representantes das populações e dos próprios marginais que habitam a sua área de patrulha, afirmou.

Neste contexto, Jorge Coelho diz depositar confiança nos Conselhos Municipais de Segurança, «uma nova cultura de segurança, partilhada por todos e em nome da tranquilidade de cada um».

«Trata-se de um princípio inovador em ma-

téria de segurança das populações em Portugal, exigente no plano das metodologias, rigoroso no que respeita ao cumprimento das partes, designadamente as autarquias, as forças de segurança, as forças vivas das comunidades, os grupos de cidadãos, e cujos resultados já obtidos noutros países da União Europeia nos deixam optimistas», explicou.

A conferência de abertura do Seminário, no Centro Cultural de Belém, foi proferida pelo constitucionalista Jorge Miranda, que enfatizou o facto de a Constituição de 1976 ter sido a primeira do Mundo a incluir uma norma sobre a actividade policial.

O tema dos direitos fundamentais e a segurança dos cidadãos abriu o painel do segundo dia de debate no seminário internacional, promovido pela Inspeção-Geral da Administração Interna, um serviço do Estado criado há três anos para controlar as forças de segurança.

Este painel teve como conferencistas o comandante-geral da PSP, superintendente Gonçalves Amaro, o presidente da britânica Police Complaints Authority (Autoridade das Queixas Contra a Polícia), Peter Moorhouse, o comandante-geral da GNR, Silva Viegas, e o bastonário da Ordem dos Advogados, Castro Caldas.

O seminário internacional sobre «Direitos Humanos e Eficácia Policial» terminou sábado, com nova intervenção do ministro da Administração Interna, Jorge Coelho.

Ao longo de três dias, cerca de 40 especialistas nacionais e estrangeiros debateram os «sistemas de controlo da actividade policial», discussão que está também disponível na Internet.

## AUMENTO ESPECIAL PARA REFORMADOS COM PENSÕES DEGRADADAS

O MODERP - Movimento Democrático de Reformados e Pensionistas assinalou o seu 12º aniversário com um almoço comemorativo realizado no passado dia 24 no Páteo Alfacinha, em que estiveram presentes cerca de 400 pessoas.

Organização liderada pelo camarada Manuel Jerónimo, o MODERP ao longo dos seus 12 anos de existência, realizou uma obra notável em defesa da dignidade da pessoa idosa.

No almoço que decorreu num clima de grande confraternização e solidariedade, o MODERP condecorou o secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, o governador civil de Lisboa, e o líder da UGT, João Proença, pelos serviços prestados à causa dos reformados.

Foram igualmente condecorados pela luta travada em defesa dos direitos da pessoa idosa o secretário-coordenador do MODERP, camarada Manuel Jerónimo, e 20 dirigentes e duas associadas desta organização.

Aproveitando a presença de Rui Cunha, secretário de Estado da Inserção Social, um governante que na sua já longa actividade política sempre se destacou na defesa dos idosos, o líder do MODERP, Manuel Jerónimo, reivindicou um aumento especial intercalar para os reformados com as pensões mais degradadas, bem como a gratuidade ou preços especiais nos medicamentos para doenças crónicas.

Na ocasião, o secretário-coordenador do MODERP aproveitou para elogiar a polí-



tica seguida pelo ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, nomeadamente o recente aumento das pensões, de que beneficiaram cerca de 400 mil reformados.

Manuel Jerónimo disse ainda esperar que o Governo continue a dar uma particular atenção aos valores das pensões mais degradadas.

A festa do MODERP, que durou até às tantas, foi animada pela tuna musical desta organização composta por 25 elementos. No final da festa, foi oferecida uma placa comemorativa ao proprietário do Páteo Alfacinha, Vítor Seijo, pela solidariedade prestada à causa dos reformados.

J. C. CASTELO BRANCO



## Abrantes

### Prémio Nacional de Modernização Administrativa

A Câmara Municipal de Abrantes está, mais uma vez, de parabéns, ao conquistar o Prémio Nacional de Modernização Administrativa.

O prémio deste primeiro concurso foi atribuído por um júri nacional e o anúncio e entrega foram feitos pelo ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho, numa cerimónia realizada no dia 31 de Outubro, no Auditório da Faculdade de Economia de Coimbra. Este prémio reconhece o notável trabalho que a Câmara Municipal de Abrantes, presidida pelo socialista Néilson Carvalho, tem vindo a desenvolver, nos últimos anos, em matéria de modernização dos serviços municipais e da qualidade de informação a atendimento dos munícipes.



O júri nacional baseou a sua decisão valorizando, no projecto da autarquia, algumas componentes, entre as quais se encontram a descentralização de competências para as juntas de freguesia, informação e atendimento ao munícipe, informatização dos serviços e apoio e promoção dos direitos do cidadão.

A edilidade continua, assim, apostada em continuar este processo, por forma a melhorar, cada vez mais, a qualidade dos seus serviços no atendimento aos munícipes e a todos quantos procuram os serviços municipais para resolver as mais variadas questões.

## Amadora

### Realojamentos avançam

A Câmara Municipal da Amadora, presidida pelo socialista Joaquim Raposo, aprovou a construção de 484 fogos de habitação destinados ao realojamento das famílias de parques recintos que actualmente vivem ao longo da Estrada Militar, na freguesia da Damaia.

É objectivo da autarquia acabar com as numerosas habitações degradadas que foram sendo edificadas ao longo da referida via.

## Cascais

### Conselho Municipal de Segurança

A Câmara Municipal de Cascais é mais uma vez pioneira. Cascais vai ser o primeiro município com um Conselho Municipal de Segurança, uma iniciativa inédita no País, que se espera venha a ser seguida por outras autarquias.

O Conselho Municipal vai contribuir para um melhor conhecimento da situação de segurança em toda a área do município, através da realização de propostas para a resolução dos problemas de segurança dos cidadãos, participando e promovendo acções de prevenção e discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social, bem como aprovar pareceres e solicitações remetendo-os para as entidades competentes.

O Conselho Municipal de Segurança de Cascais contará, entre outros, com a participação de responsáveis pela autarquia e juntas de freguesia, um representante do Ministério Público, do Projecto Vida e cidadãos de reconhecida idoneidade.

### Apoio alimentar escolar

No âmbito da política social activa que vem desenvolvendo em várias áreas, a Câmara Municipal de Cascais, presidida pelo socialista José Luís Judas, tem em curso um programa de apoio alimentar escolar, para o qual disponibilizou um conjunto de subsídios no valor de cerca de 4 200 contos.

Estes subsídios vão beneficiar, diariamente, e no decorrer do actual ano lectivo, mais de uma centena de alunos, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, da Escola Básica 1 de Tires, Escola do 1º CEB de S. João do Estoril, Escola da Malveira da Serra e Escola de Talaíde.

## Coimbra

### Parque Verde do Mondego

A Câmara Municipal de Coimbra aprovou no dia 9 o lançamento do concurso público para adjudicação da primeira fase do futuro Parque Verde do Mondego, na zona do Choupalinho.

Com uma base de licitação na ordem dos 256 mil contos, a primeira parte do projecto compreende a intervenção numa área de cerca de 47 hectares, na zona do Choupalinho, situado na margem esquerda do rio Mondego.

Na sua reunião semanal, o Executivo camarário aprovou por unanimidade o lançamento do concurso, tendo o presidente do município, o socialista Manuel Machado, proposto a candidatura do projecto a fundos comunitários, expressando uma «forte convicção de que merecerá acolhimento e aprovação».

O projecto compreende a instalação de um palco, destinado a acolher, entre outros espectáculos, os concertos da Queima das Fitas, a tradicional festa dos estudantes da Universidade Clássica de Coimbra.

Está prevista também a arborização da área e a implantação de um percurso pedonal e de um estacionamento provisório de autocarros.

## Fafe

### Fórum sobre o RMG

Hoje e amanhã a cidade de Fafe vai ser palco do Fórum sobre o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), que decorrerá no Auditório da Casa Municipal de Cultura. O importante evento, que permitirá fazer um ponto da situação sobre o RMG, é organizado pelo Núcleo Executivo do Rendimento Mínimo Garantido, protagonizado pela Câmara Municipal de Fafe e pelo Serviço Sub-Regional de Braga do Centro Regional de Segurança Social, além do Centro de Emprego, do Centro de Saúde e do Ensino Recorrente.



### Jovens Voluntários para a Solidariedade

O concelho de Fafe viu aprovados 11 projectos do programa Jovens Voluntários para a Solidariedade, do Instituto Português da Juventude, envolvendo um total de 30 jovens, que desenvolvem tarefas nas áreas da ecologia e ambiente, apoio a idosos, à deficiência e à infância e ao património histórico e cultural.

Os projectos, elaborados pela Câmara Municipal de Fafe, foram apresentados pela própria autarquia e pelas juntas de freguesia de Regadas, Vinhós, Estorãos, Ribeiros, Quinchães, Fafe, Serafão, Vila Cova e Ardegão, bem como pelo Centro Infantil de Golães.

### Concerto da Orquestra do Norte

No âmbito do Fórum sobre o Rendimento Mínimo Garantido, a Orquestra do Norte realiza hoje, quinta-feira, pelas 21 e 30, um concerto musical, no Estúdio Fénix, em Fafe.

## Olhão

### Movida nas docas

A movida não é só em Madrid. Quatro no-

vos bares surgiram em Olhão num espaço agradável e renovado junto às docas. As noites estão mais quentes.

Os novos bares foram construídos de raiz pela Câmara que, aproveitando a modernização dos velhos mercados municipais, os colocou a concurso de exploração. Uma solução inteligente.

Os estabelecimentos, com denominações ligadas a temática marítima, estão virados para a ria, procurando-se deste modo aliar tão bela paisagem à preservação do ambiente nocturno, uma vez que focam isolados da zona habitacional.

Para o presidente da Câmara Municipal de Olhão, o socialista Francisco Leal, a animação nocturna da baixa da cidade passa a ser uma alternativa dentro do plano de valorização da zona ribeirinha e histórica da cidade.

Esse plano engloba ainda a recuperação da zona ribeirinha e a construção de uma marina com capacidade para cerca de 600 embarcações.

«Perante o actual quadro do sector pesqueiro em Olhão, não nos restava outra alternativa que não fosse uma aposta forte na vertente turística, aproveitando tudo de bom que a ria Formosa nos pode oferecer», afirmou o presidente da Câmara de Olhão.

## Povoação

### Autarquia acerta contas com a EDA

Carlos Ávila e Monteiro da Silva assinaram recentemente vários protocolos que envolvem um montante global de 24 mil contos, correspondentes à dívida de iluminação pública do município da Povoação à EDA EP que assim é saldada na sua totalidade.

## Sintra

### Mais 50 fogos sociais

A Câmara Municipal de Sintra entregou 50 novas casas a famílias de escassos recursos económicos que residiam em barracas no município.

Trata-se de fogos sociais construídos no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER).

Por outro lado, foram atribuídas mais dez habitações de inferiores tipologias a agregados familiares nos quais se verificou uma diminuição do seu número de elementos. O custo dos 50 fogos ascendeu a 284 mil contos, sendo 132 mil contos de comparticipação a fundo perdido, 134 mil de um empréstimo bonificado e 17,5 mil da edilidade.

Na cerimónia de atribuição das casas, que contou com a presença da secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, a presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, realçou a importância do PER «para que as pessoas possam viver com verdadeiros cidadãos de primeira».

De salientar que estão em fase de construção ou em negociação mais 327 fogos para serem entregues a famílias residentes em barracas.

## PS EM MOVIMENTO

### AÇORES

#### PS crítica «nova» AD

O líder do PS/Açores considerou no dia 8 que se o PSD e PP das ilhas encontrarem nos resultados do referendo «um motivo para se unirem» demonstram «possuir um projecto sem dimensão para se suportar na sociedade açoriana».

Comentando o referendo, o camarada Carlos César atribuiu a abstenção registada no arquipélago ao facto de «se tratar de uma reforma que dizia respeito, exclusivamente, ao território continental».

Apesar dos índices de abstenção registados no todo nacional, o presidente do Governo Regional salientou que a instituição «do referendo em Portugal tem futuro», realçando que outras temáticas, «com outro aprofundamento e reflexão», encontram nesse tipo de consulta popular «um mecanismo potenciador da sociedade democrática no País».

Segundo afirmou, «é urgente regulamentar todos os aspectos referentes à realização de referendos locais», que poderão constituir formas de «aprofundamento democrático ao nível municipal e de regiões».

### BAIXO ALENTEJO

#### PS satisfeito com o Sim na região

O presidente do PS/Baixo Alentejo, Gavino Paixão, numa conferência de Imprensa realizada no dia 8, apesar de lamentar a vitória do Não em termos nacionais, sublinhou que esta «é uma noite de grande alegria para o Alentejo, uma das únicas regiões em que o Sim venceu».

Gavino Paixão mostrou-se ainda satisfeito com a elevada votação do Não na segunda pergunta. Por sua vez, o mandatário da campanha socialista em terras alentejanas, Filipe Palma, sublinhou que «era muito difícil, utilizando uma campanha séria e pedagógica, lutar contra o terrorismo dos que defendiam o Não à regionalização».

### BENELUX

#### Federação vai eleger novos órgãos

A Comissão Política da Federação do PS/Benelux, reunida nos dias 24 e 25 de Outubro, marcou o seu congresso para 7 de Março do próximo ano, onde serão eleitos o novo presidente e os órgãos políticos.

A realização do congresso surge na sequência do regresso a Portugal do actual secretário-coordenador, camarada Diogo Quintela, abrindo assim espaço para a apresentação de novas candidaturas.

Nesta reunião da Comissão Política realizada no Luxemburgo, foi também analisada a situação política nacional, particularmente o processo relativo ao referendo sobre a regionalização e a política para as comunidades.

Neste caso, foram discutidos alguns aspectos da política do Governo relativamente ao atendimento consular, ao movimento associativo, ao ensino do português no estrangeiro, aos problemas ligados ao Instituto Camões e ainda aos resultados da última reunião do Conselho Permanente das Comunidades.

A reunião contou com a presença especial de Ben Fayot, eurodeputado e ex-líder do PS luxemburguês.

Na sua intervenção, Ben Fayot fez um forte apelo à participação da comunidade portuguesa na vida política e social do Luxemburgo, sobretudo tendo em conta as eleições comunais do próximo ano, para as quais se perfilam já vários candidatos portugueses ou de origem portuguesa.

### MADEIRA

#### Mota Torres comenta referendo

O presidente do PS/Madeira, camarada Mota Torres, considerou no dia 8 que a vitória do Não no referendo sobre a regionalização surgiu na sequência da política do combate que PSD e PP fazem ao Governo e ao PS.

Para o camarada Mota Torres, que tem desenvolvido um notável trabalho em todos os planos à frente do PS/Madeira, a vitória do «Não» no referendo sobre a regionalização «é a vontade do povo em matéria de descentralização e de regionalização que deve ser respeitada por todos».

O camarada Mota Torres garantiu também que o processo desencadeado pelo seu partido «não se tratou de uma falsa agenda do Governo ou do PS», mas tão-somente «uma tentativa de cumprir um normativo constitucional».

O presidente do PS/M admitiu, por outro lado, a existência do «risco» deste resultado contrário à regionalização do País poder vir a afectar, no futuro, as Autonomias da Madeira e dos Açores.

«Temo que este Não possa vir a ter reflexos psicológicos no futuro na maneira de encarar as Regiões e no encarar das Regiões Autónomas», disse.

Para o dirigente socialista, o resultado «não é uma derrota de António Guterres», uma vez que, explicou, o que estava em causa neste referendo «não eram projectos diferentes de partidos diferentes, mas sim ideias».

### PORTO

#### Moção da Federação

A Comissão Política da Federação Distrital do PS/Porto reuniu-se no dia 9 para apreciar os resultados do referendo.

No decorrer dos trabalhos foi apresentada uma moção subscrita pelos dirigentes distritais e nacionais do PS que foi aprovada por aclamação.

Na moção refere-se que o referendo realizado no dia 8 «vai ser objecto de muitas leituras, mas apenas uma conclusão se impõe, a de que o eleitorado português rejeitou, sem ambiguidades, a regionalização do continente».

Neste referendo, «os portugueses não avaliaram a acção governativa nem tão-pouco o

nível de popularidade dos partidos políticos ou dos seus líderes. Não é, por isso, legítimo tentar transferir os resultados do referendo regional para o plano do combate contra o Governo, uma vez que isso desvirtuaria o sentido e o significado do voto dos portugueses».

O PS do distrito do Porto «sentiu, porém, os resultados do referendo como uma derrota de um projecto que acarinhou e com o qual se identificou desde há muito tempo. Esta conclusão é evidente e necessária, e os socialistas portugueses saberão colher dela ensinamentos para o futuro».

«Impõe-se assim, neste novo contexto da vida nacional e regional, uma profunda e alargada reflexão política que contribua para o reencontro do PS com o seu eleitorado», lê-se na moção aprovada por aclamação.

A Comissão Política Distrital do PS/Porto deliberou «recomendar ao Secretariado da Federação, a elaboração de um programa de intervenção política que permite valorizar, no âmbito nacional e no plano partidário, a reforma do Estado e a descentralização, objectivos partilhados amplamente pela sociedade portuguesa», bem como «empenhar-se na tarefa que será, no imediato, o grande objectivo dos socialistas, a vitória absoluta nas próximas eleições legislativas de 1999. Essa vitória está ao nosso alcance graças ao mérito da acção governativa sob a direcção do primeiro-ministro, António Guterres».

No documento, o PS/Porto enaltece «a dignidade, a nobreza e a exemplaridade democráticas do secretário-geral do PS, António Guterres, face ao resultado adverso deste referendo. A sua atitude honra todos os socialistas e merece da nossa parte uma palavra de profundo reconhecimento e admiração».

#### Rasgados elogios a Narciso Miranda

A Comissão Política exprime ainda, na moção aprovada por aclamação, a sua «total solidariedade ao presidente da Federação Distrital, Narciso Miranda, pela forma como conduziu a campanha eleitoral do referendo, na qual desempenhou uma acção intensa, mobilizadora e de grande generosidade pessoal e política».

A moção refere ainda que o camarada Narciso Miranda «fez militantemente tudo o que estava ao seu alcance para que o projecto regional obtivesse vencimento. Merece, por isso, a nossa gratidão e solidariedade».

A Comissão Política Distrital do PS/porto deliberou também «apelar a todos os militantes e simpatizantes socialistas do distrito do Porto para se empenharem, com renovado entusiasmo, nas lutas políticas que se avizinham para levar o PS a novas vitórias».

### VISEU

#### PS exige regresso de serviços

O PS de Viseu defendeu no dia 9, no rescaldo do referendo à regionalização, que os serviços transferidos para Coimbra pelos governos do PSD sejam agora recolocados em Viseu.

José Junqueiro, presidente da distrital socialista e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS na AR, afirmou numa conferência de Imprensa que «esta é uma excelente altura para devolver a Viseu a capacidade de autonomia e decisão que perdeu com a regionalização encapotada levada a cabo pelo PSD».

A Administração Regional de Saúde (ARS) e o Centro Regional de Segurança Social (CRSS) são dois dos serviços que há cerca de seis anos passaram para a dependência de Coimbra. «Agora devem - e o PS vai lutar por isso - regressar a Viseu», garantiu.

«Também a Coordenação de Área Educativa (CAE) que em Viseu está dependente, na metade sul do distrito, de Coimbra e na metade norte do Porto, deveria ser reanalisada e esse esforço vai ser a linha essencial da conduta do PS de Viseu neste âmbito», disse.

«A centralização em Coimbra dos serviços por parte do PSD esteve na origem de alguns receios de hegemonia desta cidade na região (Beira Litoral) o que, de alguma forma, levou aos resultados do referendo tanto na Beira Litoral como em Viseu», afirmou o dirigente do PS/Viseu.

No âmbito da descentralização, José Junqueiro garantiu que a proposta de criação de áreas metropolitanas feita pelo PSD é uma questão para estudar «mas não na sua actual fase porque não passa de uma proposta feita sem qualquer indicação numa simples folha A4».

#### Departamento Nacional de Mulheres do PS

#### Maria do Carmo Romão distinguida com prémio «Mulher Progressista»

É o reconhecimento internacional da militância e luta da nossa camarada Maria do Carmo Romão, actual provedora da Santa Casa da Misericórdia, por um mundo onde os valores progressistas da igualdade, liberdade e fraternidade sejam dominantes.

Ao endeuçamento do mercado promovido pelos defensores do «pensamento único» a camarada Maria do Carmo Romão contrapõe a defesa de uma cultura da solidariedade. A Federação de Mulheres Progressistas de Espanha, em reunião plenária realizada no dia 26 de Outubro, aprovou, por unanimidade, conceder à camarada Maria do Carmo Romão, coordenadora do Departamento Nacional de Mulheres do PS, um dos prémios «Mulher Progressista» que a organização concede anualmente.

Desta vez, segundo refere um comunicado do Departamento Nacional de Mulheres do PS, «os critérios seguidos na apresentação de candidaturas orientou-se no sentido de distinguir todos aqueles que se notabilizaram em promover a igualdade de oportunidades na linha do novo contrato social com vista a uma sociedade igualitária».

A entrega deste prémio que enche de orgulho todos os socialistas vai realizar-se no dia 29 de Novembro em Madrid.

No comunicado, o Departamento Nacional das Mulheres do PS «orgulha-se e regozija-se com esta distinção atribuída à nossa camarada Maria do Carmo Romão e envia-lhe um grande abraço solidário e amigo».

J. C. C. B.



CONSELHO DA EUROPA

Francisco Seixas da Costa\*



## A EUROPA DOS PRINCÍPIOS

**U**m dia após Jorge Sampaio ter estado presente na cerimónia inaugural do novo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, na sua dupla qualidade de chefe de Estado e de antigo membro da Comissão dos Direitos do Homem, é hoje\*\* a vez de Mário Soares apresentar ao comité de ministros do Conselho da Europa o relatório do «grupo de sábios» a que presidiu, criado para estudar a reforma da organização. Para Portugal, esta dupla presença em Estrasburgo tem um iniludível significado. Por um lado, consagra o nosso empenhamento, como país e como regime democrático, em prestar o nosso testemunho e a nossa colaboração no quadro de uma instituição que tem os valores da liberdade, da democracia, da defesa do Estado de Direito e dos Direitos do Homem no seu património de acção. Mas, por outro, julgo que resulta óbvio que por estas presenças se afirma também o estatuto que o nosso país ganhou nos últimos anos no âmbito das instituições que pugnam pela estabilização dos princípios em torno dos quais se fará a Europa do futuro.

Em Portugal, como acontece um pouco por todo o continente, o papel do Conselho da Europa está longe de divulgado e o trabalho que tem vindo a desenvolver, ao longo do seu meio século de existência, continua um pouco na sombra, nuns casos confundido com as instituições comunitárias, noutros remetido à ideia de uma câmara declaratória sem grandes consequências práticas.

Mas basta pensar um pouco naquilo que representa o Tribunal ontem inaugurado – que culmina décadas de formulação de uma cultura de liberdades muito particular – e determo-nos no facto de estar perante uma organização que congrega 40 Estados europeus à volta do mesmo corpo tendencial de princípios e de valores, para que possamos ter uma ideia mais correcta sobre a real importância do Conselho da Europa.

O «grupo de sábios» a que Mário Soares presidiu, e que representa simultaneamente uma distinção pessoal e para o país, preparou em alguns meses um relatório que competirá agora aos governos avaliar. Tratou-se de um exercício nem sempre fácil, por derivar de um grupo com sensibilidades diferenciadas, tributárias de diversas tradições e com perspectivas várias sobre o destino funcional da organização.

Sem estar a querer entrar no conjunto das propostas adiantadas pelo «grupo sábios», creio importante destacar o interesse que nele se sublinha quanto à necessidade de preservar a especificidade da instituição, nomeadamente no tocante ao seu modelo próprio de afirmação doutrinária. Mas fica também claro nesse texto que se



torna imperativo, não apenas por economia funcional mas também por necessidade de coerência operativa, encontrar laços de articulação e de complementaridade com estruturas como a União Europeia ou a OSCE, evitando duplicação de actividades e clarificando as áreas de mútua intervenção.

Fica também patente neste relatório a necessidade do Conselho da Europa se assumir como um factor permanente de unidade entre os países membros, reforçando os princípios comuns que eles se comprometem a praticar e a proteger, mas sempre evitando o agravamento de clivagens entre si, que práticas discriminatórias poderiam acarretar. É uma linha muito fina e difícil de gerir, tanto mais que os valores dos Direitos do Homem que estão subjacentes à acção quotidiana da organização que não são unívocas na sua leitura mas, por outro lado, não podem sofrer distorções de conjuntura ou de oportunidade, sob pena de serem em causa o património já conseguido.

Neste particular, o trabalho do novo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem será de crescente importância, por se erigir como um padrão referencial que, não apenas consagrará o adquirido, mas igualmente gerará a jurisprudência que vai marcar a própria cultura europeia de liberdades do futuro.

No relatório afirma-se que «o Conselho da Europa preparou o terreno para os alargamentos sucessivos da União Europeia».

Esta é uma constatação indiscutível e é fundamental que a articulação entre as duas organizações se continue a reforçar, nomeadamente através de programas específicos de colaboração que possam auxiliar ao desenvolvimento, dentro da União, daquilo que Portugal tem vindo a designar como o respectivo «pilar ético» – isto é, a sua dimensão de valores e princípios que o Tratado de Amesterdão aprofundou e que é hoje um elemento de referência para a aferição dos critérios para as futuras adesões e para o comportamento dos Estados na nova União que aí vem.

Mas torna-se importante que os alargamentos a Leste não funcionem, para o Conselho da Europa, como o único elemento propulsor, por muito que possam estar no cerne da sua atenção imediata. Com efeito, é vital para a manutenção da coerência do Conselho que ele saiba sustentar, nomeadamente nos países do lado de cá do continente, e que estiverem na sua própria origem, o aprofundamento do respeito pelo corpo evolutivo de princípios que ele defende, um tanto independentemente do carácter pedagógico da respectiva extensão aos novos membros. Sem isso, poderíamos estar a cair numa espécie de tutela paternal de cariz algo duvidoso, que levaria de uma superioridade moral do Ocidente face ao Leste, contrária ao espírito de equidade e abertura que devemos preservar.

É que muito há a fazer em todo o espaço do Conselho da Europa, em matéria de

subordinação aos respectivos princípios, de que é prova a imensidão de queixas fundamentadas que o Conselho tem acolhido, por parte dos cidadãos, contra a actividade dos seus Estados. Portugal não é excepção neste domínio, mas situa-se claramente numa situação confortável que não deixa de representar o singular esforço que, desde 1976, tem entre nós sido desenvolvido com vista à interiorização dos grandes princípios em que se apoia o Conselho.

Tendo dado o seu assentimento ao exercício de auto-reforma que o Conselho da Europa vai lançar, o nosso país dispõe-se a colaborar activamente nesse trabalho, pelo que anunciarei hoje mesmo, durante a reunião ministerial em Estrasburgo, a realização em Lisboa, no próximo ano, de um seminário de reflexão destinado a promover o debate sobre aspectos mais relevantes das conclusões do «grupo de sábios». Julgamos ser essa uma forma de nos associarmos, de modo positivo e operativo, ao processo de renovação de uma instituição que, nas últimas décadas, acompanhou a consolidação do nosso próprio processo democrático e que continuamos a considerar essencial no quadro das estruturas internacionais em que se apoia a nossa ordem jurídica interna e que dá corpo aos fundamentos da nossa acção no plano externo.

\* Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

\*\* Este artigo saiu pela primeira vez no jornal «Público» a 4 de Novembro de 1998, dia da apresentação, em Estrasburgo, do relatório do «comité de sábios» presidido pelo dr. Mário Soares.

ENSINO

Carlos Carranca



## UNIVERSIDADE: QUE FUTURO?

«Par délicatesse j'ai perdu ma vie»  
Rimbaud

**D**urante a ditadura salazarista, as universidades, constantemente vigiadas, foram alvo de sucessivas reformas que impediram a modernização do ensino, tentando o seu controlo efectivo.

Esta situação manteve-se até 1996, ano em que a Universidade atinge o seu ponto de ruptura, impossibilidade de responder às exigências de modernização e recomposição económico-sociais.

As medidas governamentais repressivas vieram redimensionar os objectivos da luta dos estudantes por novos programas,

melhores métodos de ensino, reestruturação do sistema escolar, no objectivo claro de tornar real e verdadeiras as funções da Escola na sociedade.

Naturalmente que este projecto não interessava ao Governo, avolumando as contradições no seio do regime, tomando a questão universitária num dos pontos mais sensíveis da pretendida «evolução na continuidade», personificada em Marcello Caetano.

Hoje, volvidos mais vinte anos sobre a Revolução de Abril, encontramos-nos num espaço que reflecte muitas das questões que se colocam em relação ao papel do Estado na dignificação do ensino Superior.

Com a Revolução Democrática deu-se uma mudança na instituição universitária, em

grande parte devido à constituição da sua população em termos numéricos e origem social), tendo a proliferação de universidades privadas e estatais, sido a resposta a uma procura legítima e cada vez maior desse grau superior do ensino.

Naturalmente, a massificação originou um decréscimo de qualidade, não estando isentos de culpas os ensinos básicos e secundário (atente-se ao consulado cavaquista, onde os números, as estatísticas influenciadas por modelos capitalistas de gestão, foram, aos poucos, retirando ao ensino a componente orientação profissionalizante).

Há que reintroduzir o pensamento nas universidades, acentuando a investigação ao ponto de a emancipar da actividade lectiva.

Há que promover a interdisciplinaridade, fugindo aos compartimentos estanques em que vivem muitas das nossas universidades.

Há que alterar o sentido de transformar a universidade em factor passivo de crescimento demográfico, invertendo a tendência, assim como a profissionalização influenciada por modelos de gestão capitalista.

Os saberes que marcavam algum do carácter superior da Instituição Universitária tornemo-los necessários e essenciais neste virar do milénio.

Não é mais possível esconder a crise, os perigos e os custos desta massificação sem critério.

Há que olhar pelo futuro e é ao Governo Socialista que cabe esse honroso papel.

ECONOMIA

Iglésias Costal



## DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO COGNITIVO

**P**ortugal não é um país pobre...! A evolução socioeconómica de um país passa pelo desenvolvimento mental e comportamental das populações que o constituem com inclusão dos imigrantes, por uma indústria com base no protagonismo e pragmatismo tecnológico, por sector primário coerente e por serviços que suportam com eficácia os outros sectores.

Contrastando com outros países, Portugal está a ficar demasiado atrasado no que concerne à tecnologia. Mais do que nunca devemos apostar no conteúdo tecnológico, porque sem ele não podemos sustentarmos com continuidade.

De que serve ter escolas universidades técnicas, se depois nada ou pouco fazemos? Casos concretos de desenvolvimento tecnológico como o caso alemão, japonês e americano são um «sucesso», ajudaram, de certa maneira, o progresso nessas nações. Contudo, nem só esses países, de grande dimensão, são os protagonistas. Há países de dimensões mais pequenas que são prova cabal de grande desenvolvimento, como os nórdicos. Aí os factores de sucesso são sem dúvida tecnologias e, mais concretamente, as de ponta. As tecnologias avançadas e diferenciadas. São casos de sucesso sustentado as em-

presas e telecomunicações, biotecnologia, energia, equipamento pesado, automóveis, equipamentos de elevação, produção de máquinas, construção naval, equipamentos de medicina e entre outras.

Nesses estados as universidades trabalham juntamente com as empresas têm objectivos comuns e faz-se engenharia.

Saliente-se que grande parte do que produzem é para exportar. Exemplos de empresas como a Nokia, Valmet, Kone, Volvo e Saab, exportam 80 a 90 por cento do que produzem, obtendo-se assim divisas que ajudarão esses países a desenvolverem-se com evolução contínua e auto-sustentada.

Voltando a Portugal verificamos que tem uma indústria insignificante com pouco valor acrescentado sustentável.

É obrigatório, pensar em mudar este estado de situações.

O nosso país não se pode confrontar com o que está a fazer. É muito pouco. Apostar nos têxteis, calçado, e pouco mais, não é favorável a Portugal.

Para conseguirmos postos de trabalho com dignidade humana temos rapidamente que inverter os rumos para perspectivar objectivos concretizadores.

Apostar na base tecnológica sinergizada é o futuro. Apostar numa indústria de alto

valor acrescentado é também o futuro. Os portugueses querem sentir orgulho na sua tecnologia.

É triste quando nos deslocamos a feiras de tecnologias em Portugal e verificamos que 90 por cento do que está em exposição é estrangeiro. Triste humilhante.

As universidades, que são pólos de importantíssimos de saber, têm que estar ao serviço das empresas.

A investigação tem que ser uma prioridade. O fazer uma realidade.

Investigar, produzir e vender um trilogia necessária e fundamental.

Riqueza/distribuição-estética/ética dois binómios uma ideia «satisfação».

Em Portugal tem que se compreender que só com criação de riquezas e esta sustentada, com distribuição equilibrada se promoverá um País com ética e estética, se conseguirá melhorar o bem-estar das populações.

Exemplo de boa distribuição da riqueza, os países do Norte da Europa, Canadá, Nova Zelândia Áustria. De má distribuição, entre outros, Portugal, países da América Latina, África, Ásia e EUA.

Na distribuição da riqueza está implícito também o nível da segurança social. Casos típicos de boa, má ou nenhuma segu-

rança social os atrás descritos.

No futuro, mesmo hoje, temos um problema a resolver no comércio mundial GATT, o «dumping» social. Entre os modelos económicos e sociais europeus, americanos e asiáticos, devemos defender o sistema europeu pela sua caracterização humanista, acima de tudo.

Como toda esta problemática não está isolada do contexto ambiental, há que ter em atenção a irreversibilidade das matérias-primas e à biodiversidade, não esquecendo também o «dumping» ecológico.

Assunto de primordial importância no mundo em que vivemos.

Novos processos, novas metodologias, novos comportamentos precisam-se.

Portugal não pode ser a Malásia da Europa.

Concluindo, é necessário dar prioridade ao desenvolvimento de novas tecnologias como a biotecnologia novas matérias compósitas, equipamentos multimédia, aeroespaciais, ópticos. Terapia médica e veterinária, etc, (investigação.-inovação-universidades-empresas).

Criar riqueza e distribuí-la com equidade e sem disfuncionamento social.

Ter em preocupações ambientais. Colocar o ser humano no centro do desenvolvimento.



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

**Vozes em Albufeira**

O Festima'98 levará, na quarta-feira, dia 18, pelas 22 horas, ao Centro de Férias, novas vozes do fado antigo. Trata-se de um espectáculo musical que conta com a participação de Mafalda Arnauth, Hélder Moutinho e Filipa Costa Ramos.

**Teatro em Alcanena**

«A Vingança da Banana» é a peça que o Grupo de Teatro Pouca Terra representará, no próximo sábado, dia 14, a partir das 21 horas, no Covão do Coelho.

**Flamenco em Braga**

O Teatro-Circo será palco, no dia 14, às 21 e 30, de um espectáculo de flamenco com Carmen Linares, no âmbito do Festima'98.

**Marionetas em Coimbra**

Hoje, pelas 18 e 30, será lançada a publicação «Poesias da Vida». Este livro de José João Ribeiro será analisado por Mário Nunes, na Casa Municipal da Cultura.

Às 22 horas o pavilhão do Estádio Universitário promete estar muito animado com a música alegre de Netinho.

Na terça-feira, dia 17, à mesma hora e no mesmo local, poderá conhecer a obra colectiva organizada por Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria, com prefácio de Fernando Rosas. Trata-se, claro, do livro «Humberto Delgado e as Eleições de 1958».

Amanhã, às 15 horas, e durante o fim-de-semana, às 10 e 30 e às 14 e 30, assista ao espectáculo Marionetas de Lisboa – histórias contadas a partir das fábulas de Lafontaine.

O ciclo «Conferências de Coimbra (do século XX ao século XXI) – Balanço Crítico e Prospecções» está de volta este mês com uma interessante discussão sobre «A Literatura Portuguesa na Viragem do Século», a decorrer no sábado, dia 14, pelas 16 horas, na Casa Municipal da Cultura.

**Concerto em Fafe**

Hoje, pelas 21 e 30, o Estúdio Fénix será palco para um concerto da Orquestra do Norte, um evento inserido no quadro do fórum sobre o Rendimento Mínimo Garantido.

Sob a direcção do maestro José Ferreira Lobo e tendo como solista a violinista Daniela Bobos-Radu, a orquestra executará obras de Mozart, Déodat de Séverac, Fernando Lapa, Rossini e Brahms.

A Academia de Música José Atalaya, impulsionada pela Câmara Municipal, arranca com as suas actividades lectivas esta semana e tem já agendado mais um concerto do programa «Música em Diálogo» para a noite (21 e 30) de terça-feira, dia 17, no Estúdio Fénix.

**Jazz em Guimarães**

A partir de hoje e até ao dia 21 não perca o Guimarães Jazz'98, com espectáculos, todos os dias às 2 horas, no Auditório da Universidade do Minho.

Também hoje, o Cinema São Mamede exhibe o filme «Os Miseráveis» em duas sessões á escolha, às 16 e 30 e às 21 e 45.

Para os mais pequeninos a mesma sala de cinema foi reservada nos dias 14 e 15, às 10 e 30, para ver o clássico infantil «A Dama e o Vagabundo».

De amanhã até quinta-feira, dia 19, poderá ver, em estreia, «Vidas em Directo», também no Cinema São Mamede.

**Publicações em Lisboa**

Hoje, às 18 e 30, vá até ao Salão Nobre da Sociedade Histórica da Independência de Portugal para ficar a conhecer o novo livro de Luíz Gonzaga Ferreira, «Quadros de Viagem de um Diplomata Senegal – Guiné, Cabo Verde».

«Os Olhos da Serpente», de Brian de Palma e «The Truman Show – A Vida em Directo», de Peter Weir, são as duas fitas debutantes, amanhã, nas salas de cinema da cidade.

Também amanhã poderá assistir à inauguração da exposição do «Percurso Artístico», 1975 – 1998, de Mena Brito, na Culturranjos.

Até ao dia 14, o Ballet Gulbenkian apresentará, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, sob a direcção de Iracaty Cardoso, as coreografias «Rassemblement», «Until... with/out.enough» e «Prá Lá e Prá Cá».

A mostra permanecerá aberta ao público até ao dia 4 de Dezembro, de segunda a sexta-feira, das 17 horas às 19 e 30, bem como aos sábados, das 15 às 18 horas.

**Peça em Portalegre**

«Vanessa Vai à Luta» é a peça de Luísa Costa Gomes, encenada por Manuel João Borges e interpretada pelo Grupo de Teatro de Portalegre, hoje, às 21 e 30, no Convento de São Francisco.

**«Privacidade» no Porto**

Hoje e amanhã, às 24 horas, haverá um recital de canções de Bertolt Brecht, com Dagmar Krause (soprano) e Douglas Finch (piano), num espectáculo intitulado «Suply and Demand».

Até ao dia 22, a Fundação de Serralves terá aberta ao público a exposição de Luc Tuymans e Mirosław Balka, «Privacy».

**Representação em Sintra**

A sede do grupo de escoteiros, ou seja, o antigo castelinho, servirá de cenário à peça «Fin de Siècle», amanhã e no sábado, dia 14, às 17 horas.

**Artesanato em Valença**

Os «Ficheiros Secretos» de Rob Bowman despedem-se hoje do Cine-Ibéria para dar lugar, a partir de amanhã e até ao dia 17, à obra de Martin Campbell, «A Máscara de Zorro», um filme de aventura e romance, com António Banderas e Anthony Hopkins nos principais papéis.

A hora do conto também chega amanhã à Biblioteca Municipal, pelas 16 e 30, com a história de «A Gota de Orvalho».

A Sala de Exposições albergará os Desenhos de Jaime Esteves até domingo, pois na segunda-feira, dia 16, será a vez de apreciar o artesanato de Ana Veríssimo.

«De Férias com Timón e Pumba» é a opção audiovisual que a sessão de Vídeo da Biblioteca lhe sugere para os seus filhos, no dia 18, às 16 e 30.

**Concertinas em Viana do Castelo**

O I Serão Internacional de Tocadores de Concertina e Cantadores ao Desafio realiza-se amanhã, às 22 horas, no Auditório da Região de Turismo do Alto Minho, no Castelo de São Tiago da Barra, com a participação de Espanha (País Basco e Catalunha), Cabo Verde e, obviamente, Portugal. No sábado, às 15 horas, a Praça Deu-La-Deu acolherá o III Encontro Nacional de Tocadores de Concertina e Cantadores ao Desafio.

SUGESTÃO

**TRÊS SOLOS**

«Bosquejo», «Luna Llena» e «Sonata And...» são as três coreografias interpretadas por José Navas que poderá apreciar se for, amanhã, sexta-feira, dia 13, e no sábado, dia 14, pelas 21 e 30, à Culturgest.

José Navas é exemplo do trabalho de acompanhamento de um artista que a Culturgest quis desenvolver com o seu público.

Apresentado pela primeira vez na Europa, no ciclo de homenagem a Martha Graham, em 1994, este coreógrafo é, hoje, graças ao seu talento, um dos protagonistas da dança contemporânea.

Reconhecido e premiado internacionalmente, este artista tem visto as suas obras serem apresentadas nas mais importantes programações de dança dos nosso tempo, sendo agora alvo de um reconhecimento ímpar. É que José Navas é o intérprete de uma obra que Bill T. Jones, um dos maiores expoentes da dança contemporânea, criou especialmente para ele.

Assim, se a música e o ritmo dos corpos em sincronia não o deixam indiferente, não perca este espectáculo e vá ao Grande Auditório da Culturgest para «saborar» uma hora e 15 minutos de harmonia.

A apresentação do solo «Sonata And...», co-produzido pela Culturgest, será precedida de duas outras estreias nacionais: «Bosquejo» e «Luna Llena».

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

Federico García Lorca

Ele habita a metáfora e o duende por dentro da guitarra ele desenha entre nardo e jasmim a mão que acende a flor da soleá por toda a Espanha.

O érrre de Granada o érrre e o rio a lua e o olival o mau agoiro onde súbito a noite é um arrepiro como um toiro de morte como um toiro.

E há um vento de presságio e agonia um sussurro de choupo e alfazema um verso onde se joga a vida e a sorte.

Começa então o canto e Andaluzia. E o poeta está de pé no seu poema sobre a morte na arena sobre a morte.

**Manuel Alegre**  
In «Sonetos do Obscuro Quê»

Ciclo de Percussão Séc. XX

**Drumming Steve Reich**

14 de Novembro, 21h30  
Auditório Serralves

**Grupo de Percussão da Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo**

Direcção Miguel Bernat

Fundação de Serralves - Porto



## AS LIÇÕES DO REFERENDO!!!

A derrota no referendo da regionalização é um revés para o Partido Socialista.

Desde logo porque esta reforma constituía um elemento importante e decisivo para a concretização da "tal marca socialista" que é preciso deixar na governação.

Depois porque, a partir de agora, se torna difícil e desproporcionado projectar os índices de apoio ao governo e as quotas de popularidade dos seus membros para as eleições legislativas de 1999.

Pode ser que sim ... mas também pode ser que não !

É claro que não estava em jogo qualquer escolha relevante a esse nível, por isso, é incorrecto tirar quaisquer ilações sobre a legitimidade para continuar a governar (sobretudo se oriundos do exterior do Partido).

Contudo a realidade nem sempre é lógica e linear e fazer de conta que nada sucedeu pode ser a pior das atitudes.

Por isso, os socialistas têm a partir de agora de voltar a marcar a agenda, tirando todas as consequências políticas deste desaire.

Não se trata de culpabilizar ninguém, nem encontrar bodes expiatórios, o que seria porventura o pior dos caminhos, trata-se, isso sim, de corrigir processos, métodos, comportamentos e estratégias.

Na derrota com dimensão inesperada do último domingo há, apesar de tudo, um factor de consolação.

A vitória do **NAO** foi geral (não são significativas as bolsas de resistência do **SIM** verificadas aqui e acolá) e com esta estrutura de voto eliminou-se toda e qualquer veleidade de crispação regional ou de combate intra-partidário.

Não tendo grandes ilusões sobre o resultado geral da consulta, confesso que temi, que a divisão do País entre Norte e Sul ou entre o Porto e Lisboa pudesse ser, a partir de agora, um factor de perturbação e de instabilidade.

Ainda bem que o não foi !

Estão assim criadas condições para uma reflexão serena e desapaixionada.

O governo do PS tem vindo a cumprir, com o apoio do Partido, a generalidade dos compromissos eleitorais: reforma fiscal, não crescimento dos impostos; reforço do

pré-escolar, polícias municipais, reforma da segurança social, novas competências para as autarquias, rendimento mínimo garantido, modernização administrativa, sustentabilidade do crescimento económico, adesão ao Euro, etc., etc.

Estão, pois, criadas todas as condições para retomarmos a iniciativa da agenda política consolidando os progressos já alcançados e definindo novas preocupações e novas bandeiras, nomeadamente através do prosseguimento do reforço do poder local, de uma diferente afectação do investimento público e de uma nova política para as cidades capaz de combater a "guetização" e a exclusão social.

Para isso é necessário abandonar alguns tiques e corrigir alguns comportamentos.

Se há lição a retirar da disputa eleitoral do dia 8 é a de que a base militante se encontra relativamente zangada com o Partido. Razões para isso não lhe faltarão, mas não é disso que quero tratar agora.

O soco no estômago veio na altura própria: quando ainda é possível corrigir o que está mal e reforçar o muito que vai estando bem. **"Não vale ... meter a cabeça na areia !"**

«O César Oliveira era um militante - espécie em vias de extinção - ou seja, um homem de convicções, de entusiasmos, de generosidade. A actividade política para ele era um dever cívico, um acto de responsabilidade cidadã, não mero jogo de habilidades tácticas, de espertezas de vivaços que fazem pela vida.»

**Fernando Pereira Marques**  
Finisterra, nº 29

«De facto, faltava-lhe a paciência para suportar esta onda de adeptos de um socialismo descartável que crescera ultimamente, em particular após 1995.»

**Idem, ibidem**

«O reforço do poder local e uma maior intervenção das autarquias poderá suprir a inexistência das regiões.»

**Mário Almeida**  
Diário de Notícias, 9 de Novembro

«Pinochet jamais manifestou a atitude "humanitária" que reclama agora para si próprio.»

**Isabel Allende**  
Diário de Notícias, 4 de Novembro

«Não quero que morra, porque sou a favor da vida, apenas desejo que passe um tempo na prisão. Este homem deveria também sentir o sofrimento na sua própria carne e arrepende-se do que fez.»

**Nina Espinoza Fernández**  
(Agrupación de Familiares de Detenidos Y Desaparecidos Chilenos)  
Diário de Notícias, 9 de Novembro



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

### Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**Fernando de Sousa**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Maria João Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz